



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 083.3.55.O

DATA: 19/04/17

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 17h20min

TÉRMINO: 19h42min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

| Hora | Fase | Orador |
|------|------|--------|
| | | |

Obs.:

Ata da 83ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 19 de abril de 2017.

Presidência do Sr.:

Rodrigo Maia, Presidente.

ÀS 17 HORAS E 20 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 465 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES



O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito novo painel.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Haverá novo painel.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós recebemos o relatório do Deputado Arthur Oliveira Maia relativamente à reforma da Previdência e reconhecemos, sim, que algumas modificações o Governo fez nesse relatório, mas ele ainda está muito longe daquilo que seria o ideal para o Brasil, para os brasileiros.

A reforma da Previdência não é uma coisa do Governo ou da Oposição. É uma coisa para o cidadão, para a cidadania. Não são números, mas vidas que precisam ser avaliadas, respeitadas, compreendidas e entendidas, porque essa reforma trata da vida de trabalho de uma geração inteira.

Nós, Sr. Presidente, achamos que foi boa a diminuição de 49 anos para 40 anos no tempo de contribuição, mas a idade mínima de 65 anos é um exagero. Ainda que a idade mínima para as mulheres tenha diminuído para 62 anos, ainda continua exagerada.

Modificou-se a questão das pessoas com deficiência? Modificou-se. Voltou ao seu *status quo* de tanto cobrarmos, batermos e criticarmos. Se não tivéssemos feito isso, tinham atropelado tudo. Mas a questão das viúvas ainda está pendente. Estão castigando as viúvas.

As pessoas idosas pobres — pobres, pobres de marré, marré, marré —, que hoje recebem a pensão aos 65 anos, para as quais o Governo propôs 70 anos e agora abaixou para 68 anos, continuam em situação ruim. As pessoas vão morrer de fome, por falta de remédio, de tédio, de nojo, de raiva, de angústia!



Não dá para aceitar, Presidente! Precisamos avançar muito mais. Essa reforma não precisa ser feita a toque de caixa. Não se trata de tirar o pai da força. Nós estamos machucando, castigando o povo brasileiro de forma exagerada.

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado André Amaral.

O SR. ANDRÉ AMARAL (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no próximo dia 29 a Câmara Municipal de Bonito de Santa Fé vai realizar uma grande audiência pública, reunindo Prefeitos e Vereadores de toda a região, sobre a transposição do Rio São Francisco, para que passe também a revitalizar o Rio Piranhas, que nasce naquela cidade.

Estarei presente, ao lado de Vereadores e Prefeitos, da juventude, da população em geral para lutar por esta que é uma das mais importantes causas do nordeste da Paraíba: água para o nosso povo. O Rio São Francisco e a transposição estão passando na Paraíba. Infelizmente, essa microrregião não foi beneficiada.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Sra. Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. argumentou que a matéria que estamos apreciando, acerca do regime de recuperação fiscal, não guarda semelhança com a matéria cujo veto já está para ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a matéria original.

A SRA. ERIKA KOKAY - Eu diria que temos aqui um substitutivo que foi aprovado nesta Casa e que está pendente de veto. Ele diz, de forma muito clara, que o que foi vetado é o regime de recuperação fiscal. E este substitutivo que estamos apreciando também trata de regime de recuperação fiscal. Tanto é verdade que, se nós porventura derrubássemos o veto, as duas matérias não poderiam conviver. Não poderiam conviver porque guardam teor semelhante e dispõem de aspectos diferentes e antagônicos a um mesmo processo e a um mesmo teor.

Portanto, Sr. Presidente, não há sentido em termos uma matéria para ser apreciada, que já deveria ter sido apreciada, que foi vetada — e foi apreciado o veto — pelo Presidente da República, este mesmo Presidente conhecido como “o Presidente de 5%” — 5% de intenção de votos. A última pesquisa feita pelo IBOPE diz que este é o Presidente mais rejeitado da história brasileira. E rejeitado por isto, por estas manobras.

Esta Casa não pode se vergar, ela não pode ser sabujo da Presidência da República e não pode ser saprófaga da Constituição. Ela não pode ferir a Constituição.

Portanto, Sr. Presidente, reafirmo o teor semelhante das duas matérias e a necessidade de suspendermos a apreciação do projeto em curso.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar que se encontra no plenário uma das figuras que passaram por esta Casa e que deixaram muitas saudades: o nosso Deputado Theodorico Ferraço, pai de Ricardo Ferraço.

Theodorico Ferraço foi um brilhante Deputado. Ainda ecoam, neste plenário e nos plenários das Comissões, seus discursos e relatórios vibrantes. Ele, que hoje é Deputado Estadual do Espírito Santo, já foi Presidente da Assembleia Legislativa daquele Estado.

Ferraço, é uma alegria revê-lo ao lado de sua esposa, que agora é nossa colega aqui. Fiquei muito feliz com sua presença.

Era esse o registro que queria fazer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Assis Melo.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só gostaria de fazer um reparo na fala do Líder do Governo, que disse que a Oposição estava no paraíso, e não está. Na verdade, não é só a Oposição que não está no paraíso. Os trabalhadores, com esta proposta da reforma trabalhista, vão continuar, sim, no inferno e na desgraça da exploração sem limite!

Por isso, Sr. Presidente, nós queremos mais uma vez chamar a atenção de V.Exa. sobre esse requerimento de urgência. Ele já foi derrotado ontem, não deveria vir para cá hoje. Nós deveríamos fazer o debate sobre a reforma trabalhista lá na Comissão.

Já que o Governo tem toda essa folga na sua base, por que ter medo do debate? Por que ter medo da argumentação? Não rasguemos o Regimento da Casa, trabalhem na Comissão.

Este o apelo que fazemos a V.Exa., Presidente. Preste atenção! Devolva esse projeto para a Comissão, para nós fazermos o debate com a sociedade e retirarmos os trabalhadores do inferno.

Era isso.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero neste momento fazer aqui um importante registro. Hoje pela manhã tivemos uma solenidade cívico-militar das mais organizadas em comemoração ao Dia do Exército Brasileiro.

Vimos ali o Presidente da República, Ministros, Ministros do Poder Judiciário, do Supremo Tribunal Federal, e observamos a grande organização do Exército Brasileiro. Mesmo convivendo com uma série de dificuldades e com poucos investimentos, ele tem mantido sua linha de atuação, sua disciplina, sua coerência, seu trabalho e sua organização.

Observamos alunos das escolas militares desfilando, observamos o seu desejo de seguir carreira.

Portanto, eu quero neste momento mais uma vez parabenizar o Exército Brasileiro pelo seu aniversário. Que continue sendo essa instituição que é o braço forte e a mão amiga.

Eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Informo ao Plenário que vou aguardar no máximo mais 15 minutos. Se não houver quórum, eu vou encerrar a sessão.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - O Democratas convida os Deputados a comparecerem ao plenário. Vamos dar o quórum suficiente para que possamos votar esta matéria o mais rápido possível.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito esta ocasião para dizer que na última semana tive a oportunidade de participar de uma audiência com o Presidente da República, Michel Temer, quando manifestei a nossa preocupação com relação ao orçamento destinado à educação. É nesta área que nós temos os principais projetos, capazes de transformar o nosso País em uma grande Nação.

Portanto, diante do contingenciamento imposto ao País, pelo menos até o momento, a nossa preocupação é em relação a várias instituições, como universidades federais e institutos federais, que desenvolvem projetos relevantes nessa área. E nós levamos ao Presidente a importância e a necessidade de que a educação não seja passível desses contingenciamentos que ocorrem dentro do Governo.

De maneira muito atenciosa, o Presidente falou sobre a educação. Na visão dele, essa é uma ação também prioritária para o País. S.Exa. disse ter consciência da importância da matéria e que estaria, dentro das prioridades do Governo, a necessidade do descontingenciamento do orçamento completo da educação.

Saí da reunião feliz ao ouvir do Presidente a manifestação do entendimento, que eu particularmente tenho e carrego, de que a educação é a principal matéria da transformação do País.

Gostaria de compartilhar com os colegas e com aqueles que estão vivendo o drama da educação que haverá prioridade no orçamento da educação — pelo menos foi esse o compromisso do Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama, pela Liderança do PPS. *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto a Líder do PPS sobe à tribuna, quero apenas deixar o registro sobre o dia dos povos indígenas, a atualíssima luta deles por terra, território, cultura e vida.

Quero ainda registrar o fato de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST ter ocupado terras ociosas no Rio de Janeiro, no Porto do Açú, do presidiário Eike Batista, que tinha um projeto megalômano e não prosperou. Pequenos agricultores que lá residiam e de lá foram expulsos retomaram hoje aquele espaço, para fazer a terra produzir em prol do interesse público e da própria vida.

Por último, peço a transcrição nos Anais da Casa de carta aberta de repúdio de profissionais, estudantes e moradores de Mangueiras, Jacarezinho, Maré, Rocinha e Cerro-Corá contra a violência armada nas favelas.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todo(a)s o(a)s que assistem a esta sessão ou nela trabalham, enquanto discutimos as pseudorreformas propostas pelo ilegítimo Governo Temer — que, se aprovadas, trarão graves prejuízos para trabalhadores e servidores públicos, além de aumentar perigosamente a



vulnerabilidade social dos mais pobres —, os movimentos sociais e trabalhadores(as) da cidade e do campo se organizam em grandes mobilizações.

Compreendendo que só a luta muda a vida, estão sendo organizadas iniciativas como greve geral, convocada para o próximo dia 28, o 14º Acampamento Terra Livre, no já conhecido “Abril Indígena”, e a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. Todos são exemplos emblemáticos da resistência dos “de baixo”, frente aos ataques dos “de cima”.

Nesta quarta-feira, dia 19 de abril, o MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra retornou às terras do Porto do Açú, no 5º Distrito de São João da Barra, norte do Estado do Rio de Janeiro, de onde pequenos agricultores haviam sido expulsos há 8 anos, com a chegada do empresário Eike Batista na região.

A pressão é para o reposicionamento da pauta da reforma agrária na agenda do País, com aquisição de terras para as mais de 120 mil famílias acampadas e um projeto de desenvolvimento para os assentamentos que contemple o acesso a infraestruturas. Durante a Jornada, são realizados bloqueios de rodovias e ferrovias, marchas nas capitais, além de ocupações de terras e de superintendências do INCRA e outros órgãos públicos.

De acordo com Marcelo Durão, da direção nacional do MST no Rio de Janeiro, as ocupações de latifúndios reivindicam o assentamento das famílias hoje acampadas, exigindo *“a retomada de vistorias e aquisições de terras que não cumprem sua função social, a retomada de terras públicas griladas e a adjudicação das terras que estão em processo de execução por dívidas”*.

Agradeço a atenção.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todo(a)s o(a)s que assistem a esta sessão ou nela trabalham, solicito o registro, nos Anais da Casa, de documento de repúdio de profissionais, estudantes e moradores de Manguinhos, Jacarezinho, Maré, Rocinha e Cerro-Corá — comunidades do Rio — contra a violência armada nas favelas. A nota denuncia, com veemência, os constantes confrontos armados e o uso repetido de armas de fogo por agentes de segurança em locais próximos a áreas residenciais, parques e unidades de saúde, trazendo elevados riscos à população local, servidores públicos e demais trabalhadores que atuam nestes territórios.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Carta Aberta

Nós, moradores da favela, profissionais da educação e da saúde, estudantes, igrejas, trabalhadores (as), organizações, instituições e movimentos de Manguinhos, Jacarezinho, Maré, Rocinha e Cerro-Corá, manifestamos por meio desta nota nossa profunda preocupação e indignação com os seguidos confrontos armados e ações violentas no território que resultaram em mortes, lesões por armas de fogo e agressões físicas no território. As ações efetuadas por agentes de segurança pública e grupos armados no território este ano vem acontecendo quase todos os dias e em diferentes horários de circulação intensa de moradores e de funcionamento de equipamentos públicos. São ações que tem vitimado, de forma grave principalmente os trabalhadores e trabalhadoras que moram na favela, como também profissionais que não moram e os próprios agentes de segurança pública — os servidores públicos que mais matam e mais morrem no mundo.

O uso repetido de armas de fogo e os constantes disparos efetuados por agentes de segurança pública em localidades próximas a áreas residenciais, praças, escolas, Fiocruz, bibliotecas, parques, unidades de saúde e áreas de lazer em nossos territórios têm representado um risco elevado à integridade física de



cidadãos e cidadãs, profissionais e moradores. Significam o impedimento ao direito à educação pública, à cultura pública e à saúde pública de qualidade, como também tem colocado em risco direto o direito à vida e o próprio funcionamento dos equipamentos públicos para a população. Os tiroteios e ações com uso de arma de fogo acontecem nos períodos da manhã, da tarde e da noite, expondo todas as pessoas que circulam, moram e trabalham nas favelas. Muitas atividades culturais das favelas também acabam sendo proibidas. Desde a crise criada no governo do Estado do Rio de Janeiro essa situação vem se tornando ainda mais grave e intensa em nossas favelas e em outras diversas favelas do estado. Ações como as que resultaram nas últimas mortes da estudante de 13 anos Maria Eduarda Alves da Conceição, baleada quando estava em sua escola em Acari, e do senhor Evangelista Cordeiro da Silva, morador de 71 anos que trabalhava na comunidade do Mandela 2 quando foi baleado, cresceram assustadoramente na maioria das favelas e periferias do estado. Pessoas em suas casas, em escolas, unidades de saúde, espaços culturais e demais locais de trabalho do território têm vivido diariamente repetidos momentos de terror e precisam se refugiar aonde fora possível para não serem baleados

Em tempos de banalização da violência, os valores educacionais ficam cada vez menos importantes na rotina das escolas, até porque o importante passa a ser a sobrevivência. No Rio de Janeiro estamos vivendo um tempo em que a violência armada não tem dia, não tem hora nem lugar para começar, mas tem um objetivo: ceifar vidas. Se não é do modo convencional, matando alguém com um tiro disparado por uma arma de fogo, é do modo “alternativo”, tirando o direito de ir e vir dos cidadãos, tirando o direito de voz daqueles que querem pedir paz e, o mais grave de tudo, tirando o direito à educação da geração que representa o futuro. Só no período entre fevereiro e abril de 2017 foram mais de cinco dias sem termos a dignidade de ter “aula normal” nas escolas do Complexo de Manguinhos. E aí nós perguntamos: como será até dezembro? Estamos em abril ainda. Essas crianças e jovens terão chance digna no mundo sem ter tido acesso ao conhecimento, sem ter tido acesso à convivência, sem ter seus direitos minimamente assegurados?... São muitas perguntas e nenhuma resposta. Mas é comum ouvirmos que sempre foi assim. É comum ouvirmos que o morador da favela já está acostumado. Só que não



é verdade. Ninguém se acostuma à violência. O ser humano se “acostumou” com a sobrevivência. Esse é o instinto que faz com que cada ser humano suporte a violência desenfreada que assola o Rio de Janeiro, fruto do “ajuste” da política pública que teve que ser adotado mediante a escassez de recursos do Estado. O problema é que esse “ajuste” tem um peso sobre a vida do carioca que não está sendo suportado no dia a dia. Esse “ajuste” está matando a população carioca por imposição de uma violência moral e social que culmina com a violência armada. Nunca houve uma complexidade tão grande entre as formas de violência exercidas no Estado do Rio de Janeiro, embora a mais visível e perceptível seja a violência armada. E tudo começa com a falta de educação e termina com a interrupção do direito à educação. Quanto menos os jovens permanecem na escola, mais violentos eles se tornam e mais poder eles terão para impedir que outros jovens tenham esse acesso. É um ciclo alimentado pelas diferentes formas de violência que vivemos todos os dias, mas que pode ter o seu sentido invertido quando a alimentação deixar de ser a violência e passar a ser a educação.

Os estudantes crianças, jovens e adultos das escolas públicas do Brasil, assim como os cidadãos usuários do SUS, em sua maioria expressiva, possuem baixa renda, são negros, negras e residem nas periferias do país. Lutar pela garantia do direito à educação, à cultura e à saúde pública de qualidade para nós significa enfrentar e questionar o marcante racismo, a desigualdade social e a violência contra os trabalhadores mais pobres com baixa escolaridade formal e suas famílias. Um jovem negro no Brasil tem duas vezes e meia chances a mais de ser assassinado que um branco. Não ter o ensino fundamental completo aumenta em quase 3,5 vezes a chance de ser assassinado (SIM/SVS/MS). Além disso, também cabe registrar que temos a violência estrutural de vivermos ainda no sétimo país economicamente mais desigual do mundo. De forma ampliada, constatamos que a violência no Brasil atualmente “vitima mais pessoas que o câncer, a Aids, as doenças respiratórias, metabólicas e infecciosas” e se constitui na (...) primeira causa de óbito da população de 5 a 49 anos de idade” (Njaine, 2013, p. 15). A violência por armas de fogo contribui muito para as mortes, além de adoecer familiares, amigos e pessoas próximas que têm sua vida marcada de várias formas por esse grave evento. A lógica da “guerra às drogas” nas periferias das cidades do



país tem se mostrado ineficaz em reduzir significativamente a violência e, pior, tem sido também geradora de uma quantidade inaceitável de homicídios, lesões e adoecimento nesses territórios. Na prática essa lógica acaba se tornando uma “guerra aos pobres”.

Reivindicamos a realização de reunião direta com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e com o Secretário de Segurança Pública, Roberto Sá, junto a representantes da Comissão Contra a Violência na Favela, Movimento Popular de Favelas e do Conselho Comunitário de Manguinhos sobre a situação gravíssima de violência em nosso território. Também reivindicamos a realização de Audiência Pública para enfrentar a situação gravíssima que afeta as favelas do Estado. Para garantir segurança pública às condições de vida e trabalho das pessoas precisamos de maior apoio e investimento em educação pública, em saneamento e moradia dignos, em equipamentos públicos de saúde, em transporte público, em ações de segurança pública que valorizem a vida e os direitos humanos, em políticas sociais para a juventude e em áreas públicas de lazer. Os trabalhadores(as), moradores(as) de favelas querem a valorização da vida nesse território, mas só haverá paz com garantia de direitos e só existirá segurança com respeito aos direitos humanos para todos.

Subscrevem o referido documento até o momento:

Associação de Moradores da comunidade do Samora Machel - Mandela 2 ;

Associação de Moradores da comunidade Nelson Mandela - Mandela 1;

Associação de Moradores da comunidade Parque Oswaldo Cruz - Amorim;

Ballet Manguinhos;

Biblioteca Parque de Manguinhos;

Sarau Manguinhos;

Ceasm;

Fórum de Educação e Cultura da Maré;

Fórum de Saúde do Rio de Janeiro;

Comissão Contra a Violência na Favela;

Conselho Comunitário de Manguinhos;

Levante Popular da Juventude;

Movimento Popular de Favelas;



Pastoral da Criança de Manguinhos;
Pastoral da Criança da Vila Cruzeiro;
Igreja Santa Bernadete;
Pastoral da Criança da Maré;
Organização Mulheres de Atitude;
Projeto Marias: como posso ajudar meu filho especial;
Capela São Daniel Profeta;
Coletivo de Estudantes da EJA Manguinhos (Epsjv/CCAP);
Coletivo Recriando Manguinhos;
Conselho Comunitário em Defesa dos Idosos e do Abrigo Cristo Redentor;
Criança Pequena em Foco;
Conselho Comunitário da Rocinha;
Asfoc/SN - Sindicato da Fiocruz;
Rede CCAP;
Experimentalismo Brabo;
Jornal Fala Manguinhos;
Cooperação Social da presidência da Fiocruz;
Epsjv/Fiocruz;
Núcleo de Ações Territorializadas do Museu da Vida/Fiocruz;
Icict/Fiocruz.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quando nós trouxemos aqui a nossa preocupação e as nossas ações em relação ao jogo Baleia Azul, já sabíamos da preocupação nacional das famílias, sobretudo de pais e mães de crianças e adolescentes. E ouvindo a fala dos demais Deputados, ficou muito claro que há um sentimento nesta Casa de uma ação clara e imediata que venha a barrar a utilização desse jogo no Brasil. Não é uma ação simples, porque ele tem origem na Rússia. Daí a importância de outras iniciativas nesta Casa, como o marco legal.

Mas nós estamos protocolando um pedido na Polícia Federal para que se instaure um inquérito e se faça essa investigação, porque, muito embora o jogo não seja brasileiro, os curadores, os monitores são brasileiros. Eles estão enquadrados no art. 122 do Código Penal brasileiro, que tipifica o induzimento ao suicídio, inclusive com prisão. Tanto a ameaça como a lesão corporal e o suicídio permitem que eles sejam enquadrados e apenados com até 40 anos de reclusão, se somados todos esses crimes.

Nós, inclusive, já pedimos uma audiência com o Ministro da Justiça e Segurança Pública para que seja dada agilidade à instauração desse inquérito, a fim de que, a partir desse inquérito, nós cheguemos automaticamente a todos esses curadores brasileiros. Já há uma investigação no Paraná.

Eu queria destacar a ação do Ministério Público do Estado Maranhão, através do Dr. Márcio Tadeu, Promotor de Justiça da Infância e da Juventude. Ele já está fazendo um estudo para ingressar com uma ação civil pública, inclusive porque há a



utilização de plataformas do Facebook e já houve decisões judiciais brasileiras para retirar do ar, por exemplo, o WhatsApp.

Então, no meu entendimento, nós também podemos interromper a utilização desse jogo no Brasil. Crianças estão se automutilando, adolescentes estão se automutilando. E o que é mais grave: ao cumprir 49 etapas das 50, chegando à etapa final, recorrem a suicídios já constatados no Brasil.

Há outros casos em que as famílias acreditam na utilização do jogo Baleia Azul, como um que ocorreu no meu Estado do Maranhão, onde uma adolescente acabou também cometendo suicídio. A família acredita que foi a partir da utilização do jogo Baleia Azul.

Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido a V.Exa. Eu acho que este é um debate que precisa ser levado a uma Comissão Geral nesta Casa. Não há, no meu entendimento, óbice por parte de nenhum Parlamentar.

Nós precisamos chamar a Polícia Federal, o Ministério Público e também as famílias que sentem na pele essa dor, para encontrarmos uma saída. A ação da Polícia Federal deve ser concomitante a isso, porque é essa apuração que efetivamente nos levará a esses curadores, que são verdadeiros criminosos, porque estão fazendo a indução ao suicídio, sobretudo de crianças e adolescentes, que merecem proteção e prioridade absoluta pela Constituição Federal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pr. Marco Feliciano, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem no Senado foi aprovada a chamada Lei de Migração, com, dos 81 Senadores, apenas 48 Senadores presentes.

Eu tenho que deixar exposto aqui o meu total repúdio a essa lei, que, apesar de estar revestida de caráter humanista, nos expõe de forma irresponsável em um momento em que o mundo testemunha estupros coletivos na Suécia, terroristas utilizando caminhões para atropelar a população na Alemanha, bombas explodindo na França, ou seja, todo tipo de ato terrorista.

O mundo está em guerra. O terrorismo do Estado Islâmico tem um alvo certo, que é a civilização ocidental cristã. E é neste momento de guerra declarada contra um inimigo sem rosto e sem bandeira que teríamos que reforçar nossas defesas. Mas essa Lei de Migração retira dos brasileiros o pouco da armadura que se tinha, deixando-nos vulneráveis, ao recebermos de braços abertos aqueles que querem nos matar.

Mas o problema não é só no âmbito da segurança nacional, Sr. Presidente. Para piorar a situação, o Brasil pretende, de braços abertos, receber estrangeiros no momento em que temos 12 milhões de desempregados. Não temos nem para nós mesmos, como vamos prover a quem está chegando? A saúde já está um caos, faltam vagas nas escolas públicas, e temos déficit na Previdência. O brasileiro não aguenta mais pagar impostos, e a pergunta que eu faço é: quem vai pagar essa conta?



Dizem que essa Lei de Migração é humanista, mas seus defensores vivem em um mundo de fantasia, em um mar de rosas.

Quem é a favor desta Lei é a favor do caos social. O caráter humanista é só uma máscara, uma cortina de fumaça. Nós não conseguimos extraditar nem o terrorista Cesare Battisti, condenado à prisão perpétua na Itália. Com essa Lei de Migração, o Brasil vira de vez um asilo, um refúgio dos terroristas e assassinos.

Conto com o bom senso do Presidente Michel Temer, para que ele vete essa lei. Caso a vete, aqui no Congresso Nacional trabalharemos para manter o veto. É preciso proteger o nosso País.

Aproveito ainda este minuto que me resta para falar sobre esse caos social que acontece hoje via Internet, essa perseguição à mente da juventude cristã, que está entorpecida com o desafio chamado de Baleia Azul.

Eu vi aqui vários Deputados se pronunciarem sobre os problemas que existem dentro das mídias sociais, mas, na verdade, o cerne de todo o problema está na família brasileira.

Quando a família brasileira está desprotegida, quando o pai e a mãe abandonam o caráter educacional dos seus filhos, quando transferimos para o Estado todo e qualquer tipo de responsabilidade, criamos um caos social dentro das nossas crianças.

É preciso que a família brasileira volte a ser família de verdade, respeitada, protegida e que ama os seus filhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Desculpe-me, Deputado Sóstenes Cavalcante, espere só 1 minutinho.

Tem a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. LOBBE NETO - Sr. Presidente, eu queria chamar a bancada do PSDB para vir a plenário.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a palavra a V.Exa.

Um Deputado que me antecedeu disse que o Presidente está levando a educação brasileira a sério. Está interessado em aumentar cada vez mais o seu nome. Eu queria aproveitar a oportunidade para solicitar ao Presidente que revogue a decisão sobre o piso salarial do professor no Brasil, que foi conquistado com muita dificuldade, e que ele, numa canetada só, acabou.

Portanto, solicito ao Sr. Presidente que faça voltar o piso salarial, para que os professores do interior do Ceará e do Brasil tenham pelo menos esse direito.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar, com muita alegria, a presença no nosso plenário do Vereador de Nova Friburgo Isaque Demani, que aqui vem em busca de emendas para o seu Município e, em especial, vem a nossa querida Brasília para trazer um documento assinado pela unanimidade dos Vereadores daquele Município — inclusive por Vereadores do PSOL — contrário à ação movida por esse partido junto ao STF, a ADPF 442, que tenta legalizar o aborto até a 12ª semana de gestação.

Eu parabenizo o Vereador pela luta em prol da vida e também parabenizo todos os Vereadores da Câmara Municipal do Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. WADIH DAMOUS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje nós tomamos conhecimento de que entidades importantes da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a CNBB e diversas outras, manifestaram-se de forma contundente, de forma consistente, contra essas antirreformas trabalhista e previdenciária.

Nós temos que entender esses recados, Sr. Presidente. Essas contrarreformas mexem com fundamentos do Direito de maneira atabalhoada, autoritária, atrabiliária, sem que este Congresso, hoje, tenha legitimidade para fazê-lo.

A CLT, Sr. Presidente, na verdade, é um código. Ela, na verdade, é a referência de todos os postulados, princípios e valores do Direito do Trabalho. Qualquer alteração desse jaez, dessa profundidade na CLT tem que ser debatida como se debate um código. Não pode ser assim!

Tentar emprestar urgência a esse projeto é um absurdo. Não há nada que exija urgência no debate desse projeto. Há uma Comissão Especial instalada. Vamos debater isso lá, com calma, com tranquilidade.

Mexer na CLT, revolvê-la como se está fazendo, no sentido da retirada de direitos, no sentido de levar a classe trabalhadora ao século XIX, é um retrocesso que esta Casa não pode aceitar, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

A SRA. ALICE PORTUGAL - O que é isso, Sr. Presidente?

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Este projeto da destruição dos direitos trabalhistas consegue ser, a cada dia, piorado. Para quem não teve conhecimento ainda, colocaram um parágrafo único no art. 444, e, pasmem V.Exas., com esse parágrafo, aquilo que é alvo de negociação coletiva com o conjunto dos trabalhadores, se o trabalhador tiver nível superior e receber salário superior a duas vezes o limite máximo do benefício da Previdência Social, vai passar a ser definido em uma negociação direta entre trabalhador e empregado. E ele vai poder abrir mão da insalubridade e de uma série de direitos trabalhistas que estão assegurados hoje.

Então, Sr. Presidente, tem que avisar aos batedores de panelas, que acham que não são trabalhadores porque têm nível superior e ganham um salário um pouco melhor, que eles vão ser destroçados por essa reforma trabalhista.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos encerrar!

O SR. JORGE SOLLA - Nesse caso, vai ser pior para eles do que para os trabalhadores que não têm nível superior e que não têm o salário maior, pois, para estes, será exigido um acordo coletivo, uma negociação coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que V.Exa. encerre, Deputado.



O SR. JORGE SOLLA - Para os trabalhadores diferenciados, nem precisará haver negociação coletiva, mas somente uma negociação direta, para a perda de direitos.

Pode encerrar a sessão, Sr. Presidente.



V- ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 271 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Requerimento de urgência:

Sr. Presidente,

Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação do PL 6.787/2016, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra a matéria, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Será um de cada vez, Deputado.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - V.Exa. não ia encerrar a sessão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Até as 17h43min.

A SRA. ALICE PORTUGAL - A sua garganta está sem situação precária!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quando o Deputado Jorge Solla fazia uso da palavra, o quórum de 257 Deputados foi completado.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Nós estamos vivenciando um verdadeiro retrocesso nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras deste País. Nós temos dificuldade para que os trabalhadores possam recorrer ao Poder Judiciário.

Aqui se quer votar uma urgência para que talvez o povo brasileiro não saiba o que está sendo votado aqui. Dizia Bismark que, se soubesse como se fazem as leis e as salsichas, o povo ficaria indignado.

Quer se aprovar com urgência para impedir, inclusive, que se faça o aditamento, que se possam fazer emendas ou que se facilite o processo de emendamento, que é função precípua do Parlamento — e isso não sou eu quem diz, mas o Supremo Tribunal Federal.

Nós estamos apreciando a reforma trabalhista que exigiu o posicionamento de várias entidades que apontam que o produto que saiu das mãos do Relator é



muito pior do que o projeto original, que já era atentatório aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras.

Eu quero saber por que aqui se quer votar para que não mais haja o direito de a mulher lactante e gestante não trabalhar em locais insalubres. Eu quero saber por que se quer votar a matéria com tanta urgência, sem que se possa discuti-la em uma Comissão, sem que se possa apresentar emendas.

Querem discutir com tanta urgência que os trabalhadores podem perder o direito de prosseguir com uma ação judicial se o tribunal for lento e não der movimentação a esta ação.

Por que se quer retirar direitos dos trabalhadores quando se cessa a data-base? Hoje os direitos assegurados em acordos e em convenções permanecem até que seja firmado outro acordo ou outra convenção. Mas se quer tirá-los.

Por que se quer destruir a organização sindical? Ontem, aqui, nós vimos qual é a verdadeira intenção. Sindicatos foram chamados de quadrilhas, de boquinhas ou coisa que o valha, num desrespeito à organização de trabalhadores e trabalhadoras.

Por que querem que profissionais que ganham por volta de 10 mil reais não tenham direito à negociação coletiva, mas que possam firmar acordo individualmente, quando nós sabemos que individualmente temos menos força?

Essa proposta de reforma trabalhista, esse substitutivo praticamente diz que o trabalhador é evitado de ilicitude se recorrer às ações judiciais. Isso dificulta, intimida o trabalhador. Se há muitas ações judiciais, que se corrijam as ações dos patrões que ferem os direitos.



Nós estamos aqui vivenciando uma reforma trabalhista que estabelece o trabalho intermitente, que acaba com o repouso remunerado e com o salário mínimo, porque o trabalhador vai trabalhar por hora.

Vejam o que diz esse substitutivo: se o trabalhador acordar que vai trabalhar e cobrir aquela hora, e, por algum motivo, ele não puder comparecer, ele pagará uma multa aos patrões. Aqui se estabelece um substitutivo que abraça o patronato e que invisibiliza e despreza os trabalhadores deste País.

Nós temos uma CLT que já foi reformada inúmeras vezes. Diz-se aqui que o negociado vale mais do que o legislado. O legislado é fruto da atuação desta Casa, que faz as leis. Estas já não valerão. O que valerá será o que for negociado com sindicatos, mas com sindicatos alquebrados, com a possibilidade de negociações individuais e de acordos coletivos que prevaleçam sobre convenções coletivas.

Portanto, o que se vê aqui é a destruição dos direitos de trabalhadores e de trabalhadoras, dizendo que trabalhadores e trabalhadoras têm que voltar às senzalas.

Por isso, nós somos contra a aprovação da urgência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho, para falar a favor do requerimento.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero começar dizendo, ao contrário do que disse a Deputada que me antecedeu, que estamos promovendo a modernização da legislação trabalhista.

Defender uma lei de 1943, como se ela fosse uma vaca sagrada, que não pudesse sofrer modificações e como se o Brasil e o mundo não tivessem se



modificado neste período, é sinceramente ser uma presa do corporativismo, do patrimonialismo e do atraso, que, infelizmente, têm prejudicado extraordinariamente o nosso País.

O nosso projeto foi construído com mais de 850 emendas do Parlamento, e mais de 400 emendas parlamentares tiveram guarida no nosso relatório. Não é um trabalho só deste Relator, é um trabalho plural, é um trabalho desta Casa. Esse é o projeto que teve o terceiro maior número de emendas dos últimos 14 anos.

Chamo a atenção dos Srs. Parlamentares para a enorme demanda reprimida em relação ao tema. Não podemos ficar satisfeitos em sermos um país de 4 milhões de novas ações judiciais por ano. O Brasil, sozinho, tem o dobro de ações do conjunto das nações da OCDE. E as pessoas dizem que isso é normal, que faz parte da nossa cultura. Não podemos ficar satisfeitos em viver num país em que mais de 30 milhões de brasileiros estão fora do radar e que trabalham de forma precária.

Aqueles que dizem defender os pobres se esquecem dessa enorme gama de trabalhadores que não têm guarida na nossa legislação. O que estamos fazendo é trazer um marco regulatório para essas profissões que estão fora da égide da CLT e da própria Constituição brasileira.

Acusam-nos de retirar direitos da população. Mentem! Os direitos do cidadão brasileiro estão cristalizados na nossa Constituição, no art. 7º e seus incisos. Acusam-nos de querer tornar precária a relação de trabalho. Mentem! Porque essa relação está precária com o trabalho intermitente, com o trabalho remoto, que é suportado por portarias. Acusam-nos de querer danificar uma lei que protege o trabalhador e, sob esse mantra, dizem que nós iremos prejudicá-los. Mentem!



Porque a superproteção que é dada hoje, ao contrário de gerar empregos, impede o empreendedor, que é aquele que movimenta a nossa economia. Não são os juízes, não são os promotores públicos, não são os Deputados, nem o Governo que geram emprego neste País. Quem gera emprego neste País é o empreendedor; é o micro e pequeno produtor, que tem coragem de se expor no mercado e precisa de uma relação equilibrada na economia.

Deputados e Deputadas, não é mais possível termos uma lei que diz que quem tem 50 anos de idade não pode fracionar as suas férias, porque na década de 40 isso era verdade, e não é verdade em 2017. Nós vivemos na era da tecnologia da informação, dos aplicativos da Internet, da robótica, da nova forma de revolução do emprego, e eles se agarram ao passado. Agarram-se ao passado e às corporações, porque dessa maneira eles se alimentam.

Saiam da caverna. Olhem ao seu redor. O mundo está mudando. Precisamos proteger os trabalhadores e o emprego, mas não podemos impedir o progresso. Não podemos impedir que o mundo dê um passo à frente. Essa legislação, se não for modernizada, vai continuar fazendo com que o País seja um dos últimos do mundo em competitividade.

Aí está a agropecuária, que é uma área pujante da nossa economia, premida por um sem-número de regras e de normas ininteligíveis que dificultam sobremaneira a sua atividade econômica. Nós somos um país que tem 922 artigos da CLT e mais de mil orientações jurisprudenciais e súmulas enunciadas por um Judiciário ativista, que muitas vezes se superpõe — talvez até pela nossa omissão — ao trabalho do Parlamento.



Devemos, pelo equilíbrio da nossa Nação e por justiça com o Brasil, fazer a nossa parte como Parlamentares. Essa crise é um legado de 13 anos de desacerto do Governo que saiu. Vamos fazer a nossa parte para podermos mudar o nosso País.

Peço aos nossos pares, Deputados e Deputadas, que votem a urgência, para que possamos votar e discutir na Comissão, na terça-feira; aceitar emendas até as 18 horas de segunda-feira; e, em seguida, ir ao Plenário, porque uma lei como essa não pode terminar apenas na Comissão.

Agradeço a V.Exas. e peço apoio ao requerimento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, questão de ordem, art. 164, inciso II.

O art. 164 diz:

Art. 164. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:

.....

II - em virtude de prejulgamento pelo Plenário ou Comissão, em outra deliberação.

Já se deliberou sobre essa matéria. No dia de ontem, a Câmara dos Deputados disse “não” a essa matéria, “não” a essa urgência. Como é que a gente agora vai refazer uma votação simplesmente porque parcela da Câmara ligada ao Governo não foi vitoriosa no requerimento de urgência. Isso não é razoável! Tivermos quórum, houve deliberação da matéria, que foi rejeitada pelo Plenário. Então, quer dizer que se for rejeitada agora será de novo colocada em votação



amanhã? Se for rejeitada amanhã, será colocada em votação na terça-feira? Se for rejeitada na terça-feira, será colocada na quarta-feira? E será assim até que seja aprovada? O nome disso é “Regimento Eduardo Cunha”. Quem fazia isso era Cunha. Ele colocava a matéria em votação e, quando não conseguia a aprovação, colocava em votação novamente. E está aí, deu no que deu: Eduardo Cunha. A gente não pode permitir que isso aconteça novamente na Câmara dos Deputados.

Os Parlamentares, na sua maioria, não querem a votação de uma urgência que retira direitos dos trabalhadores brasileiros, que faz com que o negociado prevaleça sobre o legislado, colocando em risco férias, aí sim, férias, 13º salário, Fundo de Garantia, porque, abrindo as portas, todos esses direitos serão colocados em risco.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que retire essa matéria da pauta neste momento. Eu sei que essa é a posição de diversos Líderes partidários, pois a matéria já passou por deliberação.

Essa história de que o jogo só vale quando o resultado é favorável a determinados segmentos e à base do Governo não é razoável. Nós não vamos aceitar isso e pedimos a retirada de pauta dessa matéria, de imediato, baseados no que determina o art. 164, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Não vamos ressuscitar o padrão Eduardo Cunha no Plenário da Câmara dos Deputados!

O SR. ARTHUR LIRA - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prestei bem atenção ao que disse o competente Líder Deputado Glauber



Braga. A Questão de Ordem nº 275, de 2013, diz que se admite a reapresentação de requerimento de urgência rejeitado na sessão anterior. O que não pode — e o Deputado confundiu — é reapresentar o projeto, se tivesse ele sido rejeitado. Mas reapresentar requerimento é permitido, e nós iremos votar hoje, se Deus quiser.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós fazemos parte da Oposição, mas nós não vemos problema nenhum em votar novamente esse requerimento de urgência.

Se olharmos os Anais da Casa, veremos que nesta Legislatura — justiça seja feita, não foi na Presidência de V.Exa. — nós nos acostumamos a ver projetos de lei vencidos serem votados novamente; o ex-Presidente dava um jeito de fazer com que nós votássemos de novo. Mas no caso de requerimento, não.

Tudo bem. O requerimento vai vir de novo, e esperamos que esta Casa faça justiça e faça o correto, que é reprovar essa urgência, como foi feito no dia de ontem.

O SR. ALCEU MOREIRA - É matéria vencida, Presidente!

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Presidente, peço a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Liderança da Minoria.

A resposta à questão de Ordem nº 275 já supera a sua questão de ordem, Deputado. O Deputado Arthur Lira coloca isso como correto...

O SR. ALESSANDRO MOLON - Desculpe, Presidente, não estou conseguindo ouvir.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Questão de Ordem nº 275 já tratou desse problema. Em questão de requerimento, a qualquer momento o Plenário pode decidir por ter urgência ou não ter urgência.

O SR. GLAUBER BRAGA - Questão de Ordem nº 275 de que ano, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É uma questão de ordem do Deputado Marcos Rogério ao Presidente Henrique Eduardo Alves.

No caso de projeto de lei, V.Exa. tem razão. Se nós tivéssemos derrotado o projeto ontem, ele não poderia voltar ao Plenário para ser votado na tarde de hoje.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, queremos recorrer da decisão da V.Exa. ao Plenário, com efeito suspensivo. Pedimos o apoio dos Líderes partidários, de acordo com o que dispõe o art. 95, § 8º e § 9º. Pedimos o apoio de um terço dos Parlamentares, recorrendo da decisão, para que essa matéria não seja votada, porque ela já foi deliberada no dia de ontem.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não tem apoio.

O SR. ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT apoia.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É antirregimental.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, o PT apoia.



A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Tem o apoio do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem o apoio de um terço da Casa no plenário?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Temos o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem.

O SR. ALCEU MOREIRA - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado José Guimarães. *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA - Temos o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - O PT apoia o recurso do PSOL contra essa forma de votação. O PT também apoia. Apelamos...

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Temos o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem o apoio.

Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Temos apoio, Sr. Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, V.Exa. já perguntou sobre o apoio.

Sr. Presidente, um terço, claro que temos, Sr. Presidente. Temos um terço do Plenário, claramente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem. Não tem.



Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -
V.Exa. tem que aferir! V.Exa. tem que aferir se há um terço!

O SR. GLAUBER BRAGA - Tem um terço do Plenário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Vamos aferir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já fiz e não tem.

Deputado José Guimarães...

A SRA. ERIKA KOKAY - V.Exa. não pode...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Há um terço visível...

A SRA. ERIKA KOKAY - Solicitamos a aferição nominalmente.

O SR. GLAUBER BRAGA - É claro que temos.

A SRA. ERIKA KOKAY - Nós solicitamos chamada nominal. Aferir nominalmente, aferir se há um terço.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Há um terço visível. O Regimento diz que é um terço visível.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Vamos verificar, Sr. Presidente! V.Exa. deve verificar.

O SR. ALCEU MOREIRA - Matéria vencida, Sr. Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY - V.Exa. não pode...

O SR. CAETANO - Pedimos verificação, Sr. Presidente. Verificação!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Temos mais de um terço levantando a mão.

O SR. ALCEU MOREIRA - Matéria vencida, Sr. Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY - V.Exa. não pode distorcer a matemática.

O SR. GLAUBER BRAGA - Verificação. Peçam verificação.



O SR. ALCEU MOREIRA - Vamos lá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não cabe verificação.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Dois terços do plenário está...

O SR. GLAUBER BRAGA - Um terço dos dois lados.

O SR. ALBERTO FRAGA - É visível para V.Exas. aí.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não cabe verificação.

A decisão está tomada.

Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. ALCEU MOREIRA - Da decisão do Presidente não cabe discussão.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Mas não cabe tapetão, também, Sr. Presidente. Assim, não há respeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vai haver votação. Vai-se para o voto.
Vai-se para o voto.

O SR. ALCEU MOREIRA - Não cabe discussão de decisão pretérita.

O SR. CAETANO - Para encaminhar, Sr. Presidente; para encaminhar o requerimento, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário.)

O SR. ALESSANDRO MOLON - Eu gosto de respeitar a hierarquia, mas não há como respeitar uma decisão autoritária.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Há um terço visível, Sr. Presidente.

O SR. CAETANO - Sr. Presidente, para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O requerimento é nominal.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Deixe que o Plenário decida, Sr. Presidente!



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, V.Exa. poderia...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Porque eu vou olhar para V.Exa., com essa responsabilidade...

O SR. CAETANO - O Deputado José Guimarães não quer usar o tempo dele e abre para o encaminhamento de bancada, Sr. Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA - Eu peço mais uma vez ao Plenário. Nós temos um terço de apoio.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Presidente, pelo menos...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Que o Plenário decida!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado José Guimarães quer falar ou não? (*Pausa.*)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado José Guimarães, tem V.Exa. a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu não quero, neste momento, nem entrar no mérito da matéria. Mas eu quero relatar para V.Exas...

A SRA. LUIZA ERUNDINA - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Como é, Deputada Luiza Erundina?

Bom, eu não tenho problema. Eu posso recuar e não falar. Cabe a V.Exa. cobrar do Presidente a resposta para as questões levantadas por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu já respondi, Deputado José Guimarães. Seu tempo está correndo.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou tratar desse problema.

Vejam bem, nós fizemos um esforço, desde ontem à noite, com as Lideranças do Governo, para buscar um entendimento para a tramitação desta matéria, Deputado Bebeto, Líder do PSB. Procuramos o Presidente, procuramos o Líder do Governo e fizemos até uma proposta, como fez a Comissão que trata da reforma da Previdência.

E o Governo chega agora e nos diz: *“Nós vamos votar de qualquer jeito. Não há acordo, não há nada. Portanto, nós vamos levar a voto de qualquer jeito a matéria que foi rejeitada ontem”*.

Eu quero me dirigir à Liderança do Governo nesta Casa para cobrar um mínimo de entendimento, porque não haverá mais relação política aqui dentro, se o respeito ao diálogo não for a norma constituinte dessas relações.



Propusemos votar a urgência só na terça-feira, e, de uma hora para outra, o Governo chega e diz que tem que votar. Com essa intransigência, o Governo vai se dar mal. Já se deu mal ontem! Nós não podemos votar uma matéria desta desse jeito. Qual é o problema, Deputados, em deixar para terça-feira a urgência dessa matéria!? O Governo não dialoga. Esse Governo parece que está no mundo da lua. Vai impor a V.Exas. a votação dessa urgência constitucional agora?

Aliás, cadê o Governador Pezão, do Rio de Janeiro? Ele está aqui? Não sei se ele está no coitado do plenário. Não está? Não diziam que o Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, era decisivo para o Rio de Janeiro? Tiraram da pauta? É outra pauta agora?

Não dá para nós aceitarmos a votação desse requerimento neste momento. Não é bom para o Parlamento. A intransigência não combina com o diálogo aqui no Parlamento.

Qual é o problema de votarmos na Comissão na terça-feira? A Comissão Especial que trata da reforma da Previdência fez um acordo hoje. O Deputado Carlos Marun pacificou a Comissão e só vão votar no dia 2 de maio.

Deputado Líder do PMDB, eu já fui Líder do Governo. Numa hora como essa, é necessário diálogo, sentar e discutir. Nós conversamos com o Relator hoje, mas parece que a conversa entra por um ouvido e sai pelo outro. Isso não é bom para o Parlamento brasileiro!

Qual é o problema? Querem votar, dar tempo para as emendas com a espada no nosso pescoço? Não está bom isso! *“Vamos ter que votar hoje porque nós perdemos.”* Não dá para votar. O Deputado não pode se submeter a essa chantagem política.



Vamos ponderar com o Presidente, com a Liderança do Governo. Retira isso! Vamos deixar isso para a próxima terça-feira, a fim de que se possa votar na Comissão. Qual é a necessidade dessa urgência? É para peitar o Parlamento?

É claro que a matéria pode ser votada, regimentalmente, mas isso, politicamente, não está correto. A Liderança do Governo, num momento como este, deve dialogar com toda a Casa, a fim de estabelecer algum caminho para a tramitação de uma matéria tão relevante como essa.

Aqueles que estão nos vendo pelo Brasil afora: vamos votar de novo a urgência novo de uma matéria que mexe mais com cem artigos da nossa CLT.

Muitos Deputados nem sequer leram o parecer, e agora vamos votar a urgência, para meter bronca na terça-feira, na Comissão. Isso não é razoável! Isso não é bom para o Parlamento! Ontem o Parlamento disse: *“Nós não queremos a urgência.”*

E quero fazer aqui um apelo à bancada do Solidariedade, do PSB, àqueles que minimamente prezam pela convivência civilizada aqui dentro. O Governo não pode agir desse jeito; não pode tratorar. O Governo não pode dizer *“vamos votar, e fim de papo”*, porque o que está em jogo é a vida de milhões e milhões de trabalhadores brasileiros.

Por que não dialogar minimamente? Nós nem sequer fizemos reunião com o Relator da matéria. Hoje tivemos uma conversa, ponderando. Eu já procurei o Líder do Governo, o Deputado Aguinaldo.

Não é argumento dizer que *“temos que votar porque nós perdemos ontem”*. Não é assim que funcionam as coisas. Os Deputados precisam minimamente conhecer, porque senão nós vamos ser cobrados. É claro que cada um aqui tem que



ter responsabilidade. Nós não podemos estabelecer normas para prejudicar só um lado, como disse o Relator da matéria.

Há que se dialogar mais, Deputada Alice Portugal. V.Exa. estava comigo na conversa, fazendo ponderações. Não se mexe tanto com a vida dos trabalhadores do jeito que querem fazer aqui dentro. Isso não é possível.

Eu sei que o Governo quer votar.

Deputado Arthur Lira, V.Exa., que presidiu a Comissão de Constituição e Justiça, que tem bom diálogo, não é aconselhável votarmos isso hoje, porque esse clima de tensão, esse tensionamento que está se estabelecendo aqui dentro vai prejudicar este País, que já está enfrentando uma crise muito grande. Nós não resolveremos a crise institucional do País querendo meter bronca e votar a toque de caixa uma matéria tão relevante para o Brasil como essa.

Por isso, eu quero fazer um apelo ao Deputado Aguinaldo Ribeiro, que foi um grande Líder, na época em que eu era Líder do Governo.

Deputado Aguinaldo, V.Exa. tem um padrão civilizado de relacionamento político nesta Casa. V.Exa. tem um estilo: o estilo do diálogo. V.Exa. é o Líder do Governo. Nós podemos pacificar esta Casa e retirar esta urgência. É bom para V.Exa., porque esta Casa não pode, num momento como este, virar as costas para o debate que nós precisamos fazer pelo menos até a próxima semana.

Ora, Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exas. fizeram um acordo hoje para começar a discussão e votação no dia 2 de maio! O Deputado Marun só presidia aquele colegiado! E agora?



Deputada Líder do PSB, não é assim que as coisas funcionam! Não pode ser assim! O Governo não pode chegar com uma espada e determinar que iremos votar de qualquer jeito.

Como é que nós vamos chegar ao nosso Estado amanhã e dizer que votamos a urgência e a obrigatoriedade de votar esta matéria na próxima semana? Para que essa pressa toda, Deputado Aguinaldo? Não podemos permitir essa votação hoje aqui. Ela tem que ser retirada de pauta.

Vou concluir em 1 minuto, Sr. Presidente.

Permita-me dirigir-me a V.Exa., Sr. Presidente. V.Exa. foi eleito Presidente desta Casa. V.Exa. preside o Parlamento brasileiro. Quero me dirigir a V.Exa. para fazer uma solicitação. Às vezes, o Presidente tem que estar acima das disputas políticas entre Governo e Oposição. V.Exa. pode dar uma de magistrado e *ad hoc*, de ofício, retirar esta matéria, para continuarmos votando o PLP 343/17, que trata da recuperação fiscal dos Estados.

Se V.Exa. fizer isso, estabelecerá o diálogo com a Oposição, estabelecerá o diálogo com o País e sinalizará para as centrais o diálogo. Fazer esse serviço em nome de um Governo que não tem voto e não tem legitimidade popular não é o melhor caminho para as relações políticas aqui dentro.

Deputado Aguinaldo, todo mundo aqui sabe que eu sou do diálogo. Liderei o Governo da Dilma. Quantas vezes nós recuamos aqui dentro, nos momentos de crise, Líder do PSDB de São Paulo?

Nós precisamos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado José Guimarães.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, pela Liderança do PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que está acontecendo aqui é muito sério. Esta Casa já teve oportunidade de deliberar essa matéria no dia de ontem, e ela não foi aprovada.

Eu queria dialogar com cada um dos Parlamentares e das Parlamentares que estão aqui junto conosco. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados é claro: essa matéria não poderia ter voltado à deliberação no dia de hoje. Utilizar exemplos do passado, do período de Eduardo Cunha, não nos convencerá de maneira alguma.

O Presidente, então, toma uma decisão contra nossa questão de ordem. Nós pedimos um recurso contra a decisão do Presidente. Para esse recurso, nós precisaríamos de um terço dos presentes no plenário. A maioria dos presentes apoiou claramente esse recurso — apoiou aqui, do meu lado esquerdo, mas ali, do lado direito, como tive oportunidade de avaliar na hora, muitas pessoas levantaram o braço, apoiando o recurso.

Essa história de ser ao mesmo tempo Presidente da Câmara e Líder do Governo não é algo que seja razoável. O que esperamos é que a condução da Casa possa estar sendo realizada garantindo o direito daqueles partidos que fazem oposição e garantindo o direito daqueles, inclusive, que porventura sejam da base do Governo, mas que não querem ver esta matéria sendo votada novamente no dia de hoje. E nós vimos isso. Vários Parlamentares, inclusive que são da base, dizendo que isso realmente não tem o menor cabimento, que não podemos votar esta matéria novamente.



Como nós temos número, como tivemos um terço dos presentes no plenário para que esta matéria pudesse ser votada, e isso foi inquestionável, quero fazer um apelo e convidar os Parlamentares — Deputados e Deputadas — que apoiam este recurso para que nos acompanhem até à Mesa, onde vamos apresentar um recurso com a demonstração de que há número suficiente de Deputados Federais para que esta matéria não seja votada no dia de hoje.

Peço o apoio de todos os Parlamentares para nos dirigirmos à Mesa neste momento.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Ah, não, Sr. Presidente! Nós temos um recurso para definir, e tem um terço aqui...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Bloco do PMDB?

O SR. HENRIQUE FONTANA - Não! Não é no grito, não, Presidente! Um terço aqui acolheu o recurso!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Vota "sim".

O SR. HENRIQUE FONTANA - Nós estamos subindo à Mesa, porque temos um terço para fazer este recurso, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. HENRIQUE FONTANA - Nós estamos subindo à Mesa para que V.Exa. veja!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está aberta a votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Não! Só um pouquinho! Agora o golpe passou de todos os limites!

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós gostaríamos de orientar o voto "sim" para toda a base.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Agora o golpe passou de todos os limites!

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Sr. Presidente, nós gostaríamos de orientar o voto "sim" para toda a base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? *(Pausa.)*



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, V.Exa. tem que chegar e respeitar este um terço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A matéria está em votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA - V.Exa. está fazendo uma manobra vergonhosa! V.Exa. olhe no seu entorno...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não vai berrar, Deputado.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB convoca seus Deputados para virem votar.

O SR. WEVERTON ROCHA - Peço a palavra para falar, da tribuna, como Líder, Sr. Presidente. Deputado Weverton Rocha.

(Manifestação no plenário: Golpe! Golpe!)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos solicitar aos Srs. e Sras. Parlamentares que venham ao plenário. Está iniciada a votação. Esta é uma matéria importante.

O SR. LUCAS VERGILIO (SD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade encaminha o voto “não”.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Essa é a sua biografia! Pare esta votação! Isto é um golpe!

O SR. DANIEL COELHO - É só ter voto que ganha. Para que isto? Parlamento é no voto! Grita mais alto que vira voto. Começa a gritar que vira voto!

O SR. LUCAS VERGILIO - Sr. Presidente, o Solidariedade encaminha o voto “não”.

(Manifestação no plenário: Golpe! Golpe!)



O SR. LOBBE NETO - Vamos votar, gente! Vamos votar! É regimental!
Vamos votar!

O SR. HENRIQUE FONTANA - Tomem vergonha! São covardes! Se têm votos, ganhem dentro do Regimento!

O SR. LUCAS VERGILIO - Sr. Presidente, o Solidariedade encaminha “não”.

O SR. LOBBE NETO - É regimental. Vamos votar!

O SR. HENRIQUE FONTANA - Isto é covardia! Isto é vergonhoso! É covardia! Se vocês têm votos, ganham!

O SR. LOBBE NETO - Avança, Câmara! Avança, Congresso!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós não aceitamos! Isso é um absurdo! É uma vergonha nacional! É uma vergonha contra os trabalhadores, contra o povo!

O SR. LUCAS VERGILIO - Sr. Presidente, o Solidariedade encaminha o voto “não”.

O SR. CAETANO - Isto é um golpe do Parlamento contra a população. Nós não aceitamos isso. Nós não vamos votar...

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Queremos chamar os Deputados do PMDB para virem ao plenário e votar “sim”.

O SR. LOBBE NETO - Sr. Presidente, chame os membros da Mesa para sentar aí.

O SR. CAETANO - Isso é uma imoralidade! O cara está errado! Isso é um absurdo! Eu peço aos Deputados que não votem! Eu peço aos Deputados que não votem!



O SR. LUCAS VERGILIO - O Solidariedade encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA - Absurdo é esse tipo de posição na Mesa da Casa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós vamos ao Supremo questionar essa votação. É uma vergonha o que V.Exa. está fazendo. É covardia!

(Manifestação no plenário: Vamos votar! Vamos votar! Vamos votar!)

Se o Governo tem voto, coloque os votos aqui dentro e não faça manobras ilegais e antirregimentais.

O SR. LOBBE NETO - Muito bem, Sr. Presidente. Vamos votar! Vamos votar!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Não é possível uma atitude como essa!

O SR. LOBBE NETO - Vamos votar! Base do Governo, vamos votar!

O SR. BALEIA ROSSI - Quero pedir a todos os Deputados da base que compareçam ao plenário e votem “sim” à urgência deste projeto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - V.Exa. tem que zelar pela Casa. V.Exa. tem a responsabilidade de um Poder!

O SR. LOBBE NETO - Acelere, Sr. Presidente. Vamos lá! Vamos votar!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Deputado Rodrigo Maia, V.Exa. tem a responsabilidade de um Poder.

O SR. LOBBE NETO - Acelere, Sr. Presidente! Vamos votar!

O SR. ALBERTO FRAGA - Vamos votar, Sr. Presidente! Base do Governo, vamos votar!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - V.Exa. é responsável por um poder. Não vota! Sr. Presidente, mais de um terço não quer votar essa matéria. V.Exa. está



ferindo o Regimento. V.Exa. tem que ser guardião do Regimento e do Poder Legislativo.

Do lado de fora os trabalhadores...

O SR. ARTHUR LIRA - Nós temos que aprimorar o Conselho de Ética para prevenir esse tipo de coisa. Isso denigre a imagem...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Bem, eu vou agora dar a minha versão dos fatos.

Eu tive uma reunião hoje pela manhã com a Oposição. Eu vou falar a verdade dos fatos. Eu propus votar essa matéria no dia 3 de maio no plenário, e o PT não quis votar essa matéria no dia 3 maio. Então, não deu acordo por esse motivo.

Quero que alguém aqui diga que é mentira o que eu estou falando.

Então, se o PT não quer votar, o PT quer esculhambar. Isso eu não vou aceitar. Se a base tiver voto, a base ganha; se não tiver, perde. *(Palmas.)*

(Manifestação no plenário: Golpe! Golpe!)

(Tumulto no plenário.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Abre o som!

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente...

O SR. DANIEL VILELA - Sr. Presidente, peço a palavra em nome da Liderança do PMDB.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - A Deputada Benedita da Silva vai falar em nome da Liderança do PT.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O microfone está ligado.



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, assegure a palavra da Deputada Benedita da Silva pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar pela liderança do DEM, o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DANIEL VILELA - Pela Liderança do PMDB, Deputado Daniel Vilela.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, a Liderança do PT quer falar.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Deputada Benedita da Silva ou o Deputado Sóstenes Cavalcante, convido um dos dois para falar pela Liderança.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Convidamos a base para vir votar.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Presidente, pela Liderança do PT...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE - Nobres colegas Parlamentares...

O SR. ALBERTO FRAGA - Presidente, há orador na tribuna. Desligue os microfones e deixe o da tribuna aberto.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Presidente, pela Liderança do PT...

O SR. ALESSANDRO MOLON - Presidente... Presidente...

(Tumulto no plenário.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE - Presidente, desligue os demais microfones, porque eu não consigo...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Chamamos o pessoal da base para vir votar. Pessoal do Rio de Janeiro, pessoal do Rio Grande do Sul, venha votar!

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Eu pedi a palavra antes do processo de votação...



O SR. CARLOS ZARATTINI - Pela Liderança do PT, Presidente, eu gostaria de falar aqui..

O SR. BALEIA ROSSI - Tem indicação do PMDB o Deputado Daniel Vilela para falar em nome da Liderança do PMDB.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, se não cortar os demais...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ninguém consegue com esse barulho.

(Manifestação no plenário: Golpe! Golpe! Golpe!)

(Manifestação no plenário: Voto! Voto! Voto!)

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Vamos ficar aqui! Não vamos deixar votar! Golpe! Golpe! Golpe! É golpe! É golpe!
Eu pedi a palavra como Líder antes do processo de votação. O Presidente tem aí na Mesa, tem aí na Mesa! Isso é desrespeito à representação partidária nesta Casa!
Que história é essa? Atropelando o Regimento e desrespeitando...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Deputada Benedita da Silva está falando. O microfone dela está aberto.

Pode aumentar o volume.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu pedi o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. pode falar. O microfone está aberto. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu gostaria de falar aqui pela Liderança do PT.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dizer que nós estivemos, sim, na sua residência oficial hoje pela manhã, junto com outros partidos da Oposição. O nosso objetivo era exatamente que não acontecesse o que está acontecendo aqui hoje.

Nós dissemos ao Relator desse projeto, Deputado Rogério Marinho, que estava lá também, que esse projeto não foi discutido, não foi analisado e não tem condições de ser votado. Nós dissemos claramente isso.

Ontem, o Governo, por ene motivos, não conseguiu colocar aqui o número suficiente de Deputados. Portanto, é uma solução de acordo adiarmos essa votação para a semana do dia 8 de maio, já que semana que vem poderemos discutir o projeto na Comissão Especial, avançar no debate, para fazermos essa votação no dia 8. Esta foi a nossa proposta.

Sr. Presidente, V.Exa. disse que era muito tarde fazer isso no dia 8. Ora, não é tarde para fazer isso, porque é um projeto que mexe com a vida de milhões de brasileiros, de milhões de trabalhadores; que revoga, na prática, a CLT; que desregulamenta o trabalho. E nós precisamos que esse debate seja feito com profundidade e que a sociedade brasileira — trabalhadores e patrões — saiba o que está sendo votado aqui.

Por isso, a nossa proposta é muito simples: é a proposta de suspendermos esta votação. Vamos parar com esta votação, vamos retomar a votação depois que nós votarmos o projeto na Comissão. Na Comissão, nós votamos o projeto com



debate, com aprofundamento. Depois votamos a urgência — até mesmo porque, ao votarmos a urgência, suspende-se o prazo de emendamento.

É verdade que V.Exa. disse que daria o prazo até segunda-feira, mas é necessário o debate, é necessário um conhecimento maior do projeto.

Os Parlamentares governistas quiseram votar a terceirização a toque de caixa e pegaram um projeto de 1998 que falava de trabalho temporário. Ao final, chegaram à conclusão de que votaram errado. Agora, o Sr. Rogério Marinho, neste projeto, vai tentar corrigir o erro cometido quando da aprovação da terceirização, mas isso não está sendo dito aos Deputados da base. Os Deputados da base ainda não sabem que o voto dado na terceirização foi um voto errado, foi um voto em vão, porque aquele projeto mais cria do que resolve problemas. É por isso que o Deputado Rogério Marinho, neste projeto agora, quer corrigir o erro.

V.Exas. precisam saber que o Governo está cometendo uma série de erros que vai prejudicar o País, vai prejudicar o povo brasileiro e vai prejudicar inclusive os empresários, porque, se aprovado este projeto, haverá aumento dos conflitos trabalhistas, dos conflitos nas empresas.

Se votarmos isto na semana que vem, haverá, sim, a possibilidade de nós termos uma greve geral, que vai se estender por todo este País. E essa greve terá um tamanho jamais visto!

V.Exas. estão arriscando e tocando fogo no País! O Brasil não quer ter esse confronto, mas V.Exas. estão provocando, estão levando ao confronto. É uma provocação que não termina!

Sr. Presidente, nós queremos um acordo que é simples: permita ao povo brasileiro saber do que trata este projeto; permita que isso seja divulgado; permita



que os próprios Deputados que aqui estão saibam o que estão votando — porque a maioria não sabe, infelizmente.

Não é possível um Relator pegar um projeto que foi mandado pelo Governo, fazer várias audiências públicas e depois apresentar um relatório completamente diferente, com assuntos que não estavam no projeto. Isto é um verdadeiro jabuti, aliás, um superjabuti, que foi colocado numa árvore pelo Relator Rogério Marinho.

Sr. Rogério Marinho, V.Exa. sabe que eu o respeito, mas V.Exa. colocou um jabuti de uma tonelada em cima de uma árvore!

Nunca se viu uma coisa dessa! Nunca nós assistimos a isso aqui nesta Casa! É por isso que agora se manifestam todas as entidades do setor, todas as entidades da área jurídica — não só as relacionadas ao trabalho, mas também juízes e o Ministério Público — contrariamente a este projeto.

É por isso que todas as centrais sindicais, independentemente da sua aproximação política, se manifestam contra este projeto. Evidentemente, a própria CNI, a própria FEBRABAN, a própria FIESP não têm segurança de que este projeto deva ser aprovado.

V.Exas. estão cometendo um crime para ficar bem com quem? Com o mercado financeiro! *“Ah! Vamos ficar bem, porque a bolsa não pode cair; porque não podemos colocar em risco a estabilidade financeira, para agradarmos o Sr. Henrique Meirelles.”*

O Sr. Henrique Meirelles é um dos principais responsáveis por esse desemprego de 13 milhões e meio de trabalhadores! *(Apupos.)* Política econômica desastrosa! Desastrosa! O Sr. Henrique Meirelles está acabando com este País e quer botar fogo no Brasil! Quer botar fogo no Brasil, levando ao confronto social!



Vejam V.Exas., nós temos a responsabilidade de dar solução aos grandes problemas do País. Nós não somos um bando de pessoas que vieram aqui para brigar. Nós somos Deputados representantes de todos os Estados brasileiros, eleitos democraticamente pelo povo.

E, ao contrário do que dizem aqueles três procuradores que fizeram filminho e ainda o divulgaram pela Internet, achincalhando os políticos, nós nesta Casa não somos o que eles dizem que nós somos! Nós somos pessoas que vieram aqui para dar seguimento ao desenvolvimento deste País, a um desenvolvimento que leve a um futuro de que o povo brasileiro possa se orgulhar. Portanto, nós temos que apresentar soluções, e não conflitos! Temos que apresentar soluções para o Brasil, e não confrontos! Esse é o nosso papel e é isso que nós queremos aqui.

Quero dizer a V.Exas., a todos os Deputados: o Partido dos Trabalhadores não foge à responsabilidade de discutir cada um dos temas que está em debate nesta Casa! Nós queremos aprofundar, nós temos responsabilidade! Os nossos 58 votos são dados com consciência, são dados com responsabilidade, e eu tenho certeza de que esse espírito não é só do PT; esse é o espírito que tem que prevalecer na Câmara dos Deputados!

Nós vamos continuar lutando e pedindo: Sr. Presidente, suspenda essa votação! Vamos reunir o Colégio de Líderes, vamos tomar uma decisão em conjunto! Nós temos como resolver esse problema!

Chega de confronto! Vamos construir!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante, pela Liderança do DEM.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Nobres Parlamentares, eu fiz questão de vir à tribuna do outro lado pelo respeito que tenho a todos os colegas de quem pensamos diferente em alguns momentos. Eu não consegui falar da tribuna da qual fazemos uso normalmente.

Venho esclarecer este momento que aqui vivemos. Com todo o respeito a todos os Deputados que estão aqui, nós vivemos um momento neste País em que é natural a briga ideológica, a diferença ideológica, e o respeito mútuo. Nós não podemos fazer desta uma Casa onde nos atacamos mutuamente. Podemos aqui defender nossas bandeiras.

Eu sou Parlamentar de primeiro mandato. Estou aqui em muitos momentos para aprender com os mais experientes. O que sempre aprendi com a nossa Constituição é que a democracia é construída através do voto de uma maioria.

Aqueles que aqui agora se levantam contra esta votação são os que defenderam um governo de 13 anos que levou sim a 13 milhões de desempregados. A responsabilidade por aqueles que estão desempregados hoje é de um Governo que não teve responsabilidade fiscal, que não teve responsabilidade com as contas públicas.

Nós precisamos sim de uma reforma trabalhista para trazer a modernidade para este País, para o empregado e em especial para aqueles que estão desempregados, que não sabem como fazer para colocar o feijão com arroz, a mistura, na mesa da sua família.



É por esses 13 milhões de desempregados que o Brasil precisa olhar para o futuro e avançar em sua legislação trabalhista. Não podemos mais conviver com uma legislação de 1950. Já é tempo de olharmos para os avanços e para a modernidade, garantindo aos trabalhadores seus direitos, sem ignorar que o mundo mudou e que nós precisamos nos atualizar.

Eu tenho a convicção de que a reforma trabalhista a de ser debatida neste plenário — e por isso estamos votando a sua urgência — com o respeito democrático aos diferentes matizes ideológicos, porque, para mim, a Câmara dos Deputados é a representatividade do povo brasileiro.

Aqui, num debate maduro, nós elevaremos a nossa legislação trabalhista aos patamares do mundo de hoje para que possamos ver o desempregado ser empregado em breve. Não se trata do que acusam aqueles que ao longo de 13 anos no Governo acabaram levando este País à bancarrota na sua economia.

Subir aqui com discurso para agradar eleitor é um direito de qualquer Deputado, mas nós temos que subir a esta tribuna com a grandeza de falar ao Brasil dos brasileiros: *“Basta de desemprego! Vamos avançar para um país moderno em sua legislação, para vermos todo brasileiro ter a dignidade de colocar à mesa de seus filhos o seu feijão com arroz, a sua mistura, como muitos de nós dizemos”*.

Já não suportamos mais ver desempregados, ver pessoas dependendo de um familiar para ter o que comer. Basta! Para isso nos resta uma única saída para a retomada do emprego no Brasil: reforma trabalhista já! É disso que o Brasil precisa, é disso que o trabalhador brasileiro precisa. É isso que o povo brasileiro espera desta Casa.



Portanto, Sr. Presidente, vamos votar e aprovar a urgência! (*Palmas e apupos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT está em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Daniel Vilela, pela Liderança do PMDB.

O SR. DANIEL VILELA (PMDB-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem eu vim a esta tribuna prestar contas dos trabalhos da Comissão Especial da Reforma Trabalhista.

Quero aqui, mais uma vez, ressaltar a competência, o equilíbrio e a sensatez do Deputado Rogério Marinho, Relator deste projeto. Eu gostaria, mais uma vez, de reforçar os pontos que este projeto apresenta. No entanto, após a fala do Deputado Carlos Zarattini, eu não poderia deixar aqui também de fazer o contraponto a tudo o que foi dito aqui por S.Exa. e por outros Parlamentares. Mais uma vez desafio qualquer Deputado a apontar, neste texto, onde está sendo suprimido direito.

Após o meu pronunciamento no dia de ontem, com uma rapidez impressionante, a CUT, entidade pela qual eu tenho profundo respeito e sei da sua importância, elaborou um documento que, segundo ela, demonstra, pontualmente, a supressão de direitos. Eu não sei se terei tempo suficiente, mas quero apresentá-lo às Sras. e aos Srs. Deputados.

Primeiro, diz-se que é permitido ao empregador terceirizar todas as atividades e funções, tanto no setor privado quanto no setor público. Isso é tratado na legislação da terceirização que já foi aprovada. É um fato consumado.

Segundo, diz-se que o trabalhador não terá como recorrer à empresa contratante pelo pagamento de seus direitos e de verbas rescisórias. Também não é verdade. Existe aqui a subsidiariedade da contratante. Se a terceirizada não arcar com as suas responsabilidades, posteriormente o trabalhador entrará em juízo contra a contratante. Também é matéria já vencida, porque trata de terceirização.



Terceiro, diz-se que os trabalhadores que hoje têm emprego fixo serão demitidos e recontratados via contrato temporário. Não é verdade. Este texto, inclusive, apresenta a proibição de demissão e recontração imediata de um trabalhador, pois é apresentada uma quarentena de 18 meses no texto para o qual estamos hoje votando a urgência.

Quarto, diz-se que as jornadas de trabalho serão ampliadas, e os trabalhadores terão redução nos intervalos de almoço e de descanso. Na verdade, estão mantidas todas as jornadas de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais. E, ainda, a redução nos intervalos de almoço — e, diga-se de passagem, os funcionários da Justiça do Trabalho já são adeptos dessa redução de horário — será matéria de acordo coletivo. Se for da vontade dos trabalhadores, isso será feito. Se não for da vontade deles, estará mantido aquilo que a lei preconiza no dia de hoje: 1 hora de intervalo para o almoço.

Quinto, diz-se que o trabalhador ficará submetido a jornada extenuante. Não é verdade. Repito: estão garantidas as 8 horas diárias e as 44 horas semanais.

Sexto, diz-se que na rescisão do contrato de trabalho, caso haja problemas e reclamações, o trabalhador ficará sujeito à arbitragem de um terceiro ou a uma comissão de conciliação, possivelmente definida pelo patrão. Isso também não é verdade. Nós estamos aqui avançando com a jurisdição voluntária. Essa rescisão será homologada pelo Juiz do Trabalho, que terá 15 dias para homologá-la. Então, deixa-se de ter a assistência do sindicato, mas passa-se agora a ter assistência da própria Justiça do Trabalho, que terá o prazo de 15 dias para apresentar a homologação ou a contestação daquelas verbas que foram acordadas.



Sétimo, diz-se que a lei criará uma série de constrangimentos ao trabalhador, para impedi-lo de entrar com reclamação trabalhista. Não é verdade. Qualquer trabalhador que se sentir lesado no seu direito terá, da mesma forma que hoje, a possibilidade de ingressar na Justiça do Trabalho e reclamar todos os seus direitos. E espera-se fazer com que a Justiça do Trabalho, com a participação do Ministério Público do Trabalho, também ampare e resguarde os direitos dos trabalhadores.

Oitavo, diz-se que a reforma inviabiliza a organização sindical ao comprometer a situação dos sindicatos. Na verdade, os grandes e representativos sindicatos do nosso País, com certeza, não só irão sobreviver, mas também ficarão muito mais fortalecidos, porque terão a contribuição por parte de seus associados. Eu não tenho a menor dúvida em relação a isso, apesar de que essa é uma discussão que ainda irá ocorrer de forma exaustiva até a aprovação deste projeto.

Nono, diz-se que se impedirá a ação do sindicato na defesa dos interesses dos trabalhadores. Não é verdade. Toda a função social do sindicato está garantida e será mantida.

Portanto, Deputado Laercio Oliveira, mais uma vez, apresenta-se um texto de forma genérica, sem apontar em qual artigo, em qual parágrafo, em qual inciso estão sendo suprimidos direitos dos trabalhadores. Todos os direitos estão garantidos no art. 7º da Constituição Federal. Não há aqui um projeto com competência para modificar a nossa Constituição. Há aqui um projeto de lei ordinária. Não se trata de proposta de emenda à Constituição e, portanto, não há que se falar em retirada de direitos.

Eu já vi por aí muitos cartazes com manifestações dizendo que vão acabar com 13º salário, com férias. É tudo mentira. Infelizmente é essa a palavra mais



adequada em relação a esses discursos, especialmente aqueles que dizem que serão retirados direitos como 13º salário, férias, entre outros.

O Deputado Rogério Marinho precisa ser enaltecido pelo trabalho realizado juntamente com a equipe de consultores desta Casa, com a participação de brilhantes e competentes juízes da Justiça do Trabalho do nosso País, representantes do Ministério Público do Trabalho e advogados trabalhistas. A muitas mãos foi construído um texto que, sem dúvida nenhuma, será uma das colaborações mais significativas que esta legislatura dará ao nosso País.

Quem tem urgência não é o Governo, não somos nós, mas os quase 13 milhões de trabalhadores que estão desempregados e que querem uma oportunidade para ter novamente uma vida digna.

Portanto, vamos aprovar esta urgência, vamos aprovar o mérito do projeto, porque quem ganhará será o Brasil. E isso será um alento principalmente para os desempregados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal, pela Liderança do PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu quero que fique consignada a nossa obstrução no painel, em nome do PCdoB, para que possamos protestar e não coonestar com esta votação irregular do ponto de vista do Regimento, pois esta matéria foi votada ontem. Esta matéria não foi considerada urgente ontem para que hoje, 24 horas depois, se transformasse em matéria sujeita a votação, contrariando o Regimento, no art. 164. O que não tem relevância não é considerado urgente e não deve receber urgência.

Sr. Presidente, gostaria também, com todo o respeito que aqui tenho demonstrado a V.Exa. e aos demais Líderes, de dizer que, de fato, conversamos e aguardamos a vossa palavra até hoje no meio da tarde, conforme combinado com V.Exa. Existia uma expectativa, como fez o Deputado Carlos Marun, na Comissão da Reforma da Previdência, para a segunda semana de maio. A resposta não veio, e a inflexão esperada do Sr. Relator muito menos.

O Sr. Relator, que quer censura nas escolas, pois é autor da lamentável ideia da Escola sem Partido — na verdade, uma mordaza para o magistério brasileiro —, não admite fazer qualquer flexão na matéria.

Aguardamos até à tarde que V.Exa. se pronunciasse. Mas o que tivemos foi a suspensão da análise dos destaques do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, de interesse do Governador do Rio de Janeiro, que esteve permanentemente aqui neste plenário. E a apreciação do PLP 343 foi suspensa para análise desta urgência, inesperadamente.



Sr. Presidente, o Sr. Deputado Daniel Vilela não deve ter lido a matéria. E, ao dizer que mentimos, ele mentiu de maneira absurda, até infantil.

O projeto, além de tirar direitos, extrapola, em muito, o que o Governo Federal mandou para esta Casa. O Relator está querendo ser mais realista que o rei.

Eu posso lhes apontar 20 tragédias para o mundo do trabalho, Sr. Presidente e Sr. Relator. Infelizmente, o substitutivo exclui o tempo à disposição do empregador, o tempo para descanso, estudo, alimentação, atividade de relacionamento social, higiene pessoal, troca de uniforme. O projeto cria o que não existe na CLT, o trabalho intermitente, que é o contrato de trabalho não contínuo, mas subordinado; pode ser determinado em horas, dias ou meses.

O projeto é danoso para o mundo do trabalho, tanto que a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público — FRENTAS, composta por promotores, juízes federais, em especial juízes do trabalho, tomou a decisão de lançar uma nota pública da maior relevância, na medida em que a Justiça do Trabalho é afrontada, é desvalorizada.

A Justiça do Trabalho sofre risco de extinção com este projeto da desregulamentação total do trabalho no Brasil. Por isso, esta urgência é absurda!

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. ALICE PORTUGAL - Para finalizar, Sr. Presidente, nós pedimos a V.Exa. que suspenda a votação da urgência, e vamos convocar o Colégio de Líderes.

Srs. Deputados, em maioria homens, os Líderes não foram ouvidos e precisam ser ouvidos sobre o conteúdo desta matéria para tratarmos de uma forma de encaminhamento, de uma pactuação de encaminhamento desta matéria.



Por isso o PCdoB está em obstrução, lamenta e repudia a forma como o encaminhamento se deu nesta tarde.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar, do PSOL, para orientar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL está em obstrução por considerar que esta votação, repetição da de ontem, não tem amparo legal, legítimo, nem regimental. Daí lembrarmos daquela malfadada figura de Eduardo Cunha, useiro e vezeiro em refazer votações até vencê-las. Esse método não é democrático. Essa pressa para a desregulamentação de alguns direitos trabalhistas é a pressa de quem tem medo das ruas ou, quem sabe, de investigações; de quem tem medo da opinião dos mais interessados, os próprios trabalhadores.

Nós queremos debater cada ponto proposto pelo Relator. Nós queremos fazer o debate democrático, votar na Comissão antes para depois chegar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. RICARDO TRIPOLI - Peço a palavra pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pela Liderança, o PSDB falará antes.

A Rede tem a palavra para orientar.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Sr. Presidente. Eu não estou orientando pela Rede. Eu só quero responder ao Deputado Daniel Vilela, que disse que esta matéria não tira direitos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, não, Deputado. V.Exa. está orientando pela Rede. V.Exa. dispõe de 1 minuto.



O SR. ALESSANDRO MOLON - Os magistrados da Justiça Trabalho e os membros do Ministério Público do Trabalho disseram que nunca houve um ataque tão grande aos direitos dos trabalhadores.

Eu vou entregar ao Deputado Daniel Vilela para que S.Exa. leia e veja se há retirada de direitos ou não, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli, pela Liderança do PSDB.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvi atentamente todos os oradores que por aqui passaram, tanto da Oposição quanto da Situação. E o que mais se falou aqui foi sobre democracia.

O Relator desta matéria, o nobre Deputado da minha bancada Rogério Marinho — vou repassar aqui, porque pode ser que a Oposição não tenha entendido ou não tenha escutado —, recebeu cerca de 700 pessoas em grupos de 30, 40, cada qual representando uma categoria. Foram mais ou menos 16 audiências públicas realizadas em virtude da reforma trabalhista. A população, as pessoas interessadas, os sindicatos tiveram direito de participação e de voz nas audiências.

O Relator dessa matéria, o Deputado Rogério Marinho, fez palestras e seminários em cinco Estados brasileiros. Oito membros da Comissão foram a oito Estados, também os visitando. No final, treze Estados brasileiros foram visitados, e essa matéria foi amplamente debatida.

O Relator acrescentou quase 400 emendas, obviamente aglutinadas ao projeto, com cerca de 200 dispositivos, sem contar, obviamente, quantas vezes ele foi demandado pelas bancadas com representação nesta Casa. E ele foi, com mais de um membro, ouvir as bancadas, ouvir as reivindicações. Eu entendo que, se isso não é democracia, o que é democracia na votação de um projeto de lei?

Em nenhum momento o Relator dessa matéria não quis ouvir alguém. O que eu menos ouvi, nesse período todo, foram as alternativas que poderiam ser apresentadas a esse projeto de lei e se essas alternativas convenceriam não só os



Parlamentares, mas também a sociedade brasileira. A sociedade brasileira quer mudanças.

Este não é um projeto do Presidente Michel Temer, este não é um projeto do Governo, este é um projeto de Estado. O Brasil precisa se modernizar, o trabalhador precisa voltar a ter o seu emprego. Nós temos que fazer com que novamente aquele que tem direito ao trabalho possa conquistá-lo, e não impedi-lo.

Quando dizem aqui que advogamos para a maioria mais abastada e mais rica, não é verdade. Continuarão incorporados 72% daqueles que estão incorporados, sem nenhum prejuízo. Isso é fundamental, é importante.

A maioria daqueles que aqui reclama nem sequer leu o projeto.

Vi aqui, durante a votação em plenário, Deputados de Oposição pedirem a seus assessores informação sobre o projeto: *“Onde está o artigo tal que diz que não tem direito o trabalhador?”* Muitas vezes, esses se perderam na argumentação, porque sabiam que ela não tinha solidez, ela não tinha embasamento, ela não tinha nenhuma perspectiva de avançar.

O debate é importante. O debate é democrático. O princípio do contraditório tem que se estabelecer no Parlamento. Agora, é fundamental que se diga a verdade. O debate não implica concordar com quem esteja debatendo ou discordar dessa pessoa.

É fundamental dizer aqui, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que não vi nenhum tipo de erro na postura e na conduta do Presidente da Comissão Especial e do Relator, muito pelo contrário.

Ele já viajou tanto, já escutou tanto, já alterou tantas vezes o relatório, mas, mesmo assim, não satisfaz. Por quê? Porque querem manter o *status quo*. A



sociedade brasileira, a sociedade trabalhadora não quer o *status quo*. Ela quer avançar, ela quer permitir que esses 12 milhões de desempregados, que não foram forjados neste Governo de transição, eles vêm sendo forjados ao longo dos últimos 10, 12 anos, tenham a possibilidade de ser inseridos no mercado de trabalho. É isso que a sociedade pretende. É isso que nós queremos aqui.

A Oposição tem o direito de obstruir. Quer obstruir? Obstrua. Quer votar contrariamente? Vote contrariamente. Apresente pelo menos os seus argumentos. Nós estamos apresentando um relatório. Nós estamos apresentando os argumentos. Não é com falácia, não é com a mídia, nem com a propaganda, com a publicidade, que se muda voto neste Parlamento. É com convencimento. São necessárias teses para fazer com que o Parlamento altere o seu voto.

Estamos convictos. Estamos do lado certo. Estamos do lado da população brasileira. O Parlamento não pode virar as costas para o Brasil, e a Oposição sabe disso. Ela cumpre o seu papel, que é muito difícil, não é fácil, porque num momento desses não tem argumentos, não tem solidez e não tem o povo, que já esteve do seu lado e percebe que as coisas mudaram. A população brasileira está hoje ao lado daqueles que querem a mudança. Ele quer que haja uma alternância, que haja condições de o trabalhador ter a sua segurança.

Portanto, Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, solicito a todos que votem, para que possamos aprovar a urgência, e, na próxima semana, na Comissão, esta matéria seja deliberada, a fim de que, no prazo mais curto, tenhamos uma nova legislação trabalhista no Brasil que atenda aos anseios dos trabalhadores.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, pela Liderança do PPS. *(Pausa.)*

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra para orientação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vai mudar sua orientação, vai votar “não”. Acreditamos que é um grave erro a Câmara dos Deputados votar a proposta do Deputado Rogério Marinho sem o devido aprofundamento, sem o debate.

A proposta do Deputado Rogério Marinho é completamente diferente do texto que a Câmara dos Deputados, na Comissão Especial, debateu, e durante pouco tempo, diga-se de passagem.

O povo brasileiro precisa saber que são mais de 200 alterações, 117 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho foram modificados. Esta é a completa ruptura com a CLT, uma lei que é de 1943 — 80% do texto já foi modificado.

A proposta do Deputado Rogério Marinho ataca a Justiça do Trabalho e retira direitos dos trabalhadores. Por isso, é inaceitável a votação açodada dessa proposta.

Esta é a posição do PCdoB, depois de ter feito apelos ao Deputado Rogério Marinho e ao Deputado Daniel Vilela, argumentando que o Brasil precisa debater esta matéria. Nenhum país do mundo alterou uma lei tão importante quanto a lei trabalhista de modo açodado, de modo improvisado, sem o debate com a sociedade.

Por isso, o PCdoB faz um apelo a todos os colegas, àqueles que respeitam a democracia. Colegas, as Comissões Permanentes da Casa não debateram esta matéria. Uma Comissão Especial foi montada e não aprovou esta matéria. Então, é



inaceitável que o Plenário examine de modo açodado uma matéria que interessa ao Brasil.

O PCdoB apela a todos os Deputados para votarem “não”!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, pela Liderança do PPS.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho ouvido atentamente, desde ontem, as diversas manifestações sobre esta matéria.

Nós precisamos dividir os terrenos e também os objetivos e intenções. Existe aqui um grupo de Deputados — é bom que as pessoas que estão nos assistindo entendam isso — que não quer votar coisa alguma, que não tem interesse em debater o mérito dessas matérias que estão pautadas do ponto de vista das reformas que o Brasil necessita fazer, até porque o Brasil vive a maior crise da sua história. Essa conta chegou e precisa ser arrumada.

O debate do mérito pode posicionar as diversas forças políticas na direção em que as mudanças podem ocorrer. Mas há os céticos, que não querem discutir mudança alguma. É preciso que isso seja pontuado.

Por outro lado, é verdade que, na quarta-feira da semana passada, o relatório do Deputado Rogério Marinho foi lido na Comissão, depois de mais de 1 mês de debate sobre determinado texto, que foi alterado profundamente.

Eu diria que quase dois terços do novo texto é um texto novo, é um texto que foi inaugurado na quarta-feira, para o conhecimento dos membros da Comissão, de uma matéria complexa, de uma matéria que exige compreensão, até porque é uma matéria codificada, que reúne um conjunto de sistematizações do ordenamento jurídico que foram compiladas num texto novo, em dois terços daquilo que foi apresentado.



Portanto não dá para aprovar esse texto novo de forma imediata, pela ausência do conhecimento da grande maioria das Sras. e Srs. Deputados. Essa não é uma boa prática entre nós.

A bancada do PPS apresentou 17 emendas, trabalhou desde quarta-feira até ontem. Por isso, ontem, na votação da urgência, nós não tivemos consenso na nossa bancada, porque não tínhamos sequer condições de saber o que estava sendo discutido.

Hoje houve o entendimento, através de várias conversas com o Relator, o Deputado Rogério Marinho, e com o Líder do Governo, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, no sentido de que essa votação fosse remetida à Comissão; de que o prazo e a extensão das emendas fossem prorrogados até a segunda-feira; e de que na terça-feira pudesse se iniciar o debate amplo, de mérito, dentro da Comissão.

Isso nos conforta, porque nós queremos disputar as nossas emendas no convencimento com o Relator e com os demais pares. Existem matérias preocupantes no texto do Relator que não nos atende do ponto de vista dos interesses de muitos de nossa bancada, representada nesta Casa.

Por isso, ontem, alguns da bancada manifestaram a posição de restrição em relação àquela urgência. Estamos dispostos a votar desde que garantido, como já foi garantida a votação na terça-feira na Comissão, tempo para discutir o mérito e aperfeiçoar esta matéria em favor do Brasil.

Era isso que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para orientar, tem a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orientando pela Minoria, inicialmente falo da nulidade desta sessão. Esta sessão é nula porque, menos de 24 horas após a derrota do Governo nessa urgência, não havia condições regimentais para o Presidente desta Casa colocar em votação a mesma matéria.

Em segundo lugar, o relatório não foi votado na Comissão Especial. Está-se pedindo urgência para a votação de algo que sequer foi votado na Comissão Especial.

Em terceiro lugar, não há democracia antes da votação. Audiências públicas não representam a democracia que devia ser apurada no relatório.

Por isso, a maior violência contra o direito dos trabalhadores em toda a história do Brasil está sendo cometida nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha, que já está esperando há muito tempo, pela Liderança.

O SR. WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu vou me dirigir à tribuna, mas eu quero fazer um pedido a V.Exa.: o PDT, com a história que tem nesta Casa de luta política e democrática deste País, não é um partido para ficar com o microfone desligado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço desculpas, Deputado.

O SR. WEVERTON ROCHA - Já faz algum tempo que o microfone está desligado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estavam todos ligados. Só esse estava desligado.

O SR. WEVERTON ROCHA - Não, Presidente. Eu fui em alguns para poder usar a palavra — eu sei o que estou dizendo — e estavam ligados.

Então, por gentileza, o microfone do nosso partido, o PDT, não pode ficar desligado nesta sessão.

Eu vou usar o tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Miro Teixeira, enquanto o Deputado Weverton Rocha sobe à tribuna.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar “não” sem prejuízo da preliminar de nulidade que foi aqui sustentada.

Eu pergunto se, aprovada a urgência, V.Exa. não pode recuperar a sua proposta de votação, se não me engano no dia 8, que foi rejeitada por outro partido. O Plenário de repente pode querer pacificar a discussão aceitando a sua proposta.

De qualquer maneira, respeitada a preliminar da nulidade, a Rede dá o voto “não” contra a urgência da matéria.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Weverton Rocha, pela Liderança do PDT.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, é impressionante como nós temos a capacidade de implodir a nós mesmos e a política do dia a dia desta Casa. É impressionante!

Nesta Casa, há Comissões Permanentes. Uma matéria importante, que trata dos direitos e dos deveres do trabalhador, por respeito ao Parlamento, deveria passar pelas Comissões Permanentes, onde todos os senhores se debruçam sobre diversos temas, diuturnamente, para produzir o trabalho legislativo.

Pois bem, além de não se respeitar a atividade parlamentar e, de forma atropelada, de forma açodada, ser criada uma Comissão Especial, ainda não se respeita a Comissão criada. Se nós soubéssemos, não teríamos indicado ninguém do PDT para fazer parte dela. Com a aprovação do regime de urgência, a Comissão Especial perde a legitimidade e as condições para continuar tratando do tema, porque, obviamente, a qualquer momento, pode ser avocada ao Plenário a votação.

A Comissão está andando, mas, olhe lá, está andando sob questionamentos. Agora há pouco, o Presidente da Comissão fez vários esclarecimentos contestáveis. No mérito, nós iremos contestá-los. Essa reforma retira, sim, direito do trabalhador; essa reforma rasga, sim, direito do trabalhador

Não esqueça V.Exa. que, na época do *impeachment*, o argumento para sua aprovação era o Brasil voltar a crescer. Naquela época, chegava a 11,5 milhões o número de desempregados; agora, já são quase 14 milhões. E não me venham



dizer que a culpa é do Governo anterior, porque os senhores já estão há mais de 1 ano no poder, depois de consolidado o golpe dado nesta Casa.

É um erro a aprovação do regime de urgência neste momento. Srs. Deputados, inclusive os da base do Governo, nós não estamos pedindo que V.Exas. votem contra ou a favor do Governo, mas, primeiro, que votem a favor de V.Exas. Esta Casa tem que ter altivez, tem que ter independência! V.Exas. não estão votando o mérito do projeto. O que se está votando aqui é: vamos respeitar a Comissão Especial, que está trabalhando e fazendo um grande trabalho, está dialogando.

Ninguém está discutindo a forma. O que nós estamos discutindo é como o Governo está querendo, aqui dentro, dia após dia, impor uma pauta para este Congresso. Quem tem que fazer a nossa pauta somos nós! Aqui, quem sabe de verdade do que o povo brasileiro está precisando são as senhoras e os senhores, que estão rodando nas bases. Nós sabemos o que é preciso priorizar.

Mas, não, aqui se espera o que vem de cima para baixo. Às vezes, senhores, o que vem de cima para baixo não é correto. E, aí, nós não podemos cometer o erro de achar que, com o discurso de voltar a gerar emprego, podemos rasgar a CLT, norma que é referência para o mundo. A CLT é referência para o mundo!

Se é preciso corrigir, que se corrija, se melhore, mas não de forma açodada, nem atropelando, muito menos retirando direito do trabalhador ou de quem quer seja. Conquista se respeita! E não é de uma hora para outra que simplesmente se atropela essa questão.

Fica hoje aqui marcado, mais uma vez, um embate desnecessário, porque poderíamos ter evitado essa cena. Primeiro, ontem foi derrotada essa matéria na



Casa; essa urgência foi reprovada. Na Comissão Especial, já na semana que vem, poderíamos votar o relatório final e trazer a matéria ao plenário novamente. Mas não! Não sabem perder! Não sabem recuar! Não sabem ouvir!

V.Exas. sabem o que vai acontecer? Vamos aprovar, não! V.Exas. é que vão aprovar essa urgência hoje. E não se preocupem, porque, semana que vem, atropela-se de novo o Regimento e se vota a reforma.

Na sexta-feira, dia 28, a grande greve, que vai parar o Brasil, deve acabar com tudo, porque nós sabemos que a situação está por um fio. Essa é a grande batalha campal que está nas ruas. Logo depois, em 1º de maio, Dia do Trabalhador, acontecerá a mesma coisa. O presente que o Congresso Nacional vai dar aos trabalhadores será simplesmente rasgar toda a CLT.

Isso é uma vergonha, com a qual nós não vamos pactuar. A história vai contar quem são os algozes dela. E, com certeza, o PDT não fez parte disso.

Nós vamos votar “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota contra a reforma trabalhista.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que, de todos os projetos de lei sobre matéria trabalhista já discutidos no Congresso Nacional, este é o que mais retira direitos trabalhistas desde o advento da CLT.

Não sou só eu quem diz isso. A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, que congrega mais de 40 mil juízes e membros do Ministério Público, lançou uma nota pública hoje afirmando isso.

Não é certo fazer uma reforma trabalhista sem fazer um plebiscito, sem ouvir os trabalhadores. Não é certo o negociado ter mais peso do que o legislado, ou seja, valer mais o que se negocia do que o que está na lei. Isso não é certo.

Por isso, nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou conceder a palavra ao Deputado Julio Lopes, pela Liderança do Governo. Depois, terá a palavra o Deputado Laercio Oliveira.

O SR. ALIEL MACHADO - Sr. Presidente, eu quero fazer a orientação pela Rede, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Rede já orientou, Deputado.

O SR. ALIEL MACHADO - A Rede não orientou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Rede já orientou.

O SR. ALIEL MACHADO - Sr. Presidente, a Rede não orientou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Dois Deputados da Rede já falaram, os Deputados Miro Teixeira e Alessandro Molon.



O SR. ALIEL MACHADO - Não foi orientação, Sr. Presidente. V.Exa. abriu o microfone. Eu só preciso de 1 minuto para fazer a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Miro Teixeira disse: “A Rede vai votar ‘não’.” S.Exa. está ali atrás confirmando isso.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Julio Lopes, pela Liderança do Governo.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é sempre uma grande honra poder dirigir a palavra a V.Exas.

Eu comentava com o Líder Aguinaldo Ribeiro que ontem, por um equívoco de comportamento, eu acho geral, a Presidência da Mesa foi indevidamente ocupada e, de alguma forma, nos dirigimos alguns insultos e tivemos um quadro não tão condizente com a nossa atuação, com a nossa postura e com aquilo que aqui pretendemos. O Presidente equivocou-se, não deixou o Relator da matéria, Deputado Rogério Marinho, falar em defesa da tese. Mas, de forma altiva, de forma correta, desculpou-se com o Plenário e reviu a sua posição.

Hoje, finalmente, estamos aqui debatendo novamente esta urgência, que será aprovada majoritariamente. E por que o será, Sras. e Srs. Deputados? Será aprovada esta urgência porque urge ao Brasil reformar a sua norma do trabalho. É um país em que, com 13,5 milhões de desempregados, 46% de toda a força trabalhadora nacional está à margem das leis, Deputado Glauber Braga; em que 46% dos trabalhadores brasileiros não estão sob a égide ou a tutela da CLT. V.Exas. sabem por quê? Porque o Brasil é um país de informais, é o País da informalidade, onde 17% do PIB absolutamente provêm da informalidade.

O Presidente Temer não dirige este País, que está do outro lado das leis, assim como a Presidente Dilma não o fez e Lula também não.

Nós temos que resgatar esses brasileiros que residem na informalidade, que não estão sob a tutela da lei, para atuarem junto conosco na reforma deste País.



Para que isso seja possível, temos que desonerar o posto de trabalho do Brasil, porque ele é o mais caro do mundo. Incide sobre ele, diretamente, 28% de sobretaxa. Isso impede que nós tenhamos milhões de trabalhadores brasileiros migrando da informalidade para a formalidade.

É exatamente por isso que estamos aqui hoje reunidos para tratar da urgência desta matéria, que urge ao Brasil, que urge a cada lar de um desempregado brasileiro, que urge a cada família que não tem direito a um provento satisfatório no final do mês, que urge a cada um de nós que quer um país de mais progresso e de mais probidade.

Deixamos aqui, então, Sras. e Srs. Deputados, uma expressiva votação de urgência da matéria, de revisão das normas trabalhistas do Brasil, para que possamos ter milhões e milhões de novos brasileiros sendo protegidos pelas leis e recolhendo impostos.

Nós teríamos, Srs. Deputados, 286 bilhões de reais a mais se essa parte significativa do PIB fosse trazida à legalidade e à formalidade, mas isso ainda acontecerá em função da reforma trabalhista, da reforma previdenciária e da reforma tributária brasileira.

Vamos votar, vamos vencer e vamos avançar com a urgência da reforma trabalhista!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Sr. Deputado Aguinaldo Ribeiro. Depois, falará o Deputado Laercio Oliveira.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, com muita tranquilidade, em primeiro lugar, chamar um pouco à razão esses dias que estamos vivendo aqui na Casa.

Não é compatível com esta Casa — e tenho, reiteradas vezes, tratado disso — nós estarmos aqui adotando posturas que não cabem bem à política brasileira. E é por isso que os políticos e a política têm perdido o respeito do povo brasileiro. Aqui mesmo, neste plenário, no afã ou sob emoção, terminamos perdendo a razão e adotando posturas que não cabem neste plenário.

Eu quero, primeiro, manifestar uma postura preliminar como Parlamentar e não como Líder do Governo: respeitemos o nosso Parlamento; respeitemos a Mesa, que foi eleita de forma democrática com votos da base do Governo e da Oposição. Nós não podemos fazer da Mesa um quadro pitoresco, que se refere mal à política e aos políticos.

Se aqui nós perdemos a referência, porque nós estamos envolvidos no trabalho, na pauta do dia a dia, é bom lembrar que a população brasileira está nos acompanhando, está nos vendo diariamente. E não nos cabe adotar determinadas posturas aqui.

Esta Casa é o Parlamento, e no Parlamento vale o argumento, o contraditório, a democracia. Não vale a ditadura! Não vale nem a maioria nem a minoria querer se impor como ditadura nesta Casa!



Nós temos que respeitar a todos, ouvindo, debatendo; quem quiser que ganhe o debate no argumento. Hoje estamos cumprindo de forma democrática aquilo que prevê o Regimento desta Casa, respeitando a todos e votando uma matéria que é importante, sim, para o País. É preciso ter responsabilidade e coragem.

O Presidente Temer, ao assumir o compromisso de mandar reformas para esta Casa, está assumindo esse compromisso não com um projeto político qualquer, mas com o Brasil, para que nós possamos retomar o caminho do desenvolvimento, recuperando os empregos e a credibilidade do nosso País, que vive uma crise. Não escondamos a crise que nós vivemos! Mas a televisão, todo dia, expõe os instantes que nós vivemos, e neste momento é preciso que a política e que os políticos tenham responsabilidade para com o País.

Vamos debater aqui os temas. A reforma trabalhista é necessária. Nós temos uma legislação trabalhista atrasada, uma legislação trabalhista que não condiz com o resto do mundo. Nós vivemos numa economia globalizada e temos no Brasil uma legislação que atrasa o empregado e que atrasa o empresário. Por conta dessa legislação, não se gera emprego neste País. Vamos discutir! Mas vamos discutir com dados, porque esta reforma trata disso!

A reforma trabalhista tem o mister e a obrigação de fazer com que nós possamos ter a possibilidade de gerar competitividade, porque neste País precisamos avançar muito no nosso arcabouço legal.

Nós temos um regime tributário que é caro para o brasileiro, que é pesado, e isso teremos que enfrentar também.



Há temas, como o da própria Previdência, que temos que enfrentar com responsabilidade, porque, se não votarmos a reforma da Previdência, nós estaremos ajudando a afundar este País, e não é isso o que nós queremos. Nós queremos resgatar este País, resgatar o caminho da recuperação do Brasil.

Façamos o debate, até ideológico se quisermos fazê-lo, mas não levemos isso de forma a desmerecer este Parlamento.

Nós vamos aqui respeitar o relatório construído pelo Relator Rogério Marinho e pelo Presidente daquela Comissão, Deputado Daniel Vilela, permitindo que seja feito o debate. Ninguém vai atropelar, de forma açodada, esta discussão, porque ela interessa a todos os brasileiros, a todos nós. Não temos interesse em atropelá-la, repito, porque nada está sendo feito escondido, às escuras. Estamos fazendo tudo às claras, e vamos para este debate sem nenhum problema.

Mas, Sr. Presidente, eu não tenho dúvida de que, em que pesem essas discussões sobre votar ou não, o que nós estamos fazendo hoje é votar. Eu acho engraçado porque, às vezes, querem pautar o Governo, dizendo que ele não tem maioria e, por isso, não quer votar, e, quando nós pautamos as votações, aí, não se quer votar.

Nós hoje queremos votar de forma democrática.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Peço mais 1 minuto para concluir, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar em seguida.



O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Nós hoje vamos votar de forma democrática. E que a base deste Governo — e não só ela, mas todos os que têm compromisso com este País — possa, sim, aprovar este requerimento de urgência. Vamos modernizar a nossa legislação, para fazer com que este País possa gerar mais emprego e mais renda. Que deixemos de lado os entraves burocráticos, o que temos muito neste País, além de uma carga tributária e trabalhista que impede a competitividade e atrasa o Brasil.

Por isso, eu conclamo todos os companheiros que ainda não votaram para fazê-lo, porque nós vamos ganhar no argumento, com sobriedade, e no voto.

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB libera a bancada.

O SR. ALIEL MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Líder tem preferência.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Laercio Oliveira, pelo Solidariedade.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa noite a todos, eu tive a honra de ser o Relator do projeto de terceirização. Naquele momento, várias pessoas usaram as tribunas deste plenário e dirigiram à população inverdades que em nada contribuíram para o momento que nós atravessamos.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o papel da Oposição precisa ser respeitado. Esta é uma Casa em que se debate, onde cada um expõe seu ponto de vista, em que cada um defende as suas ideologias, em que cada um dos Deputados e Deputadas aqui presentes manifesta aquilo em que acredita. Isso é natural dentro de um Parlamento, dentro de qualquer Parlamento do mundo.

Agora, Presidente, na grandeza do cargo que ocupamos aqui, compete a cada um de nós ter consciência da verdade. Porém, o que eu tenho ouvido nesta Casa? Desde a votação do projeto de terceirização e agora, na da reforma trabalhista, tenho ouvido inverdades que são pronunciadas desta tribuna e daquela outra tribuna.

Quando qualquer Deputado ou Deputada sobe a uma tribuna como esta, precisamos pensar nos homens que fizeram a história política do nosso País. Este é um lugar de honra, que precisamos respeitar. E nós o respeitamos praticando a verdade. V.Exas. podem não concordar com o projeto que é discutido aqui, mas eu quero fazer-lhes uma pergunta: o que fizemos de errado, de ontem até hoje, no que diz respeito à terceirização e às votações que aconteceram nos últimos 30 dias ou desde quando existe este Parlamento?



Ontem, foi feita a votação do requerimento de urgência, e nós perdemos, o Governo perdeu. Hoje, foi construído outro requerimento, com a assinatura da maioria dos Líderes, e esse requerimento chegou à Mesa para ser votado por todos aqui. O que há de errado nisso? O nosso instrumento de combate aqui, além da voz, é o voto. É o nosso voto! Vence aquele que tem o maior número de votos.

Então, fazer um debate saudável é um dever de todos nós, é uma obrigação que temos em respeito a esta Casa, que é a nossa Casa. E eu e V.Exas. temos que respeitá-la.

Foi dito por um colega aqui que as confederações patronais estariam contra o projeto de reforma. Lamento dizer que essa é uma inverdade. Eu faço parte de uma das confederações patronais, e todas elas apoiam o projeto.

Nós vamos discutir esse projeto nos próximos dias, artigo por artigo, em um debate saudável. Mas qual é o cidadão brasileiro que não reconhece que precisamos modernizar a CLT? Qual é o brasileiro que não reconhece que a modernização das relações de trabalho no Brasil é urgente? E o nosso Governo tem a coragem de fazer o enfrentamento, de fazer a discussão e de promover as reformas pelo bem do nosso País.

Eu quero cumprimentar aqui, Sr. Presidente, o Presidente da Comissão, Deputado Daniel Vilela. Quero agradecer ao colega Daniel Vilela o esforço que tem feito. Quero cumprimentar também o Relator do projeto, Deputado Rogério Marinho. E quero dar minha...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. LAERCIO OLIVEIRA - Então, quero dizer ao Deputado Rogério Marinho, Relator do projeto, que é um primor o que S.Exa. produziu aqui. É a minha



opinião. Entretanto, não concordo com tudo o que S.Exa. escreveu. Já que eu não concordo, eu vou fazer o debate e tentar convencê-lo daquilo que eu não acho certo.

Não me venham dizer que são retirados direitos dos trabalhadores. Na votação do projeto de terceirização, que começou às 11 horas daquele dia, eu pedi a este Plenário para me apontarem um direito que se retirou dos trabalhadores brasileiros. Até hoje ninguém me deu esta resposta.

A reforma trabalhista está aí. Nós vamos votá-la. Nós vamos vencê-la, porque este Governo tem um compromisso com o Brasil. Nós seguiremos adiante por um país melhor.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PSB?

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB está com a bancada bastante dividida com relação à orientação desta votação. Por isso, libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos fazendo aqui um debate rico, muito embora, em alguns momentos, os sofismas utilizados, sobretudo pela Oposição, prejudiquem a profundidade da discussão. No entanto, é um tema relevante para o País.

Nós estamos modernizando a legislação trabalhista para gerar oportunidade de emprego e adequá-la a uma realidade moderna. A tecnologia e as novas formas de trabalho são essenciais. Por isso, é preciso esse ajuste, para que essa importante legislação possa se encontrar com o futuro e, certamente, com as novas oportunidades de empreendimentos.

Mas eu quero também questionar a Casa sobre a posição do PT. O PT chega aqui e faz a defesa do servidor público. No Senado, há o Projeto de Lei nº 397, de 2015, de autoria do Senador Anastasia, que prevê a negociação coletiva na administração pública direta. Na Comissão Especial destinada a examiná-lo, o Senador Paulo Paim apoiou o relatório do Senador Anastasia. Todos os sindicatos das categorias do serviço público querem negociação coletiva, como forma de simplificar as questões estabelecidas a partir dos entendimentos nas mesas de negociação.



Eu pergunto: para o servidor público pode haver negociação coletiva e para o trabalhador não pode? Isso precisa ser questionado, porque esse projeto vai ser votado aqui. No Senado, ele foi aprovado por unanimidade, inclusive pelo PT. Agora vai ser discutido nesta Casa.

Eu quero saber, portanto, se o PT ficará contra a negociação coletiva dos servidores públicos, porque os sindicatos são favoráveis a ela. É contraditório permitir para um grupo de trabalhadores...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação de ontem, o PSB registrou 19 votos contra e 12 a favor a essa urgência. Hoje, mais uma vez, o encaminhamento foi pela liberação da bancada. Há uma decisão do partido em congresso nacional contra a reforma trabalhista.

Por isso, tenho certeza de que a maioria dos membros do PSB votará contra essa urgência. Digo mais claramente para aqueles que estão abordando essa posição partidária que essa bandeira, como foi dito agora pelo Deputado Betinho Gomes, que é do PSDB, também é nossa, do PSB. Por isso, ontem manifestamos essa posição na votação quanto à urgência. Reiteramos agora esse nosso voto, que será majoritário da bancada, contra a urgência por uma posição e decisão do partido.



A bancada pode ter deliberado, mas a maioria da bancada vai votar “não”. E eu, mais uma vez, votarei “não” à urgência, como vai ser feito por muitos Deputados que votaram dessa forma na noite de ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero reafirmar aqui o nosso voto com a orientação do Governo, mas deixo muito claro que renovamos o compromisso e a esperança de que o nobre Relator vai efetivamente esgotar o tema na Comissão Especial.

Sr. Presidente, esta matéria é importante, mas exige de todos nós muito cuidado. Quando erramos na dose do medicamento, corremos o risco de matar o paciente. Precisamos fazer essas alterações, mas na medida certa.

Portanto, eu sigo o meu partido com a condição de terminarmos o debate na Comissão, com direito a todas as emendas que forem apresentadas, e aqui neste plenário termos um texto que faça com que os trabalhadores não sejam prejudicados e, por outro lado, consigamos fazer o País avançar.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pode encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar.

Tem a palavra o Deputado Aliel Machado.

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante os Deputados prestarem atenção para o fato de que



estamos votando o regime de urgência de uma matéria que trata da essência do direito trabalhista.

O que nós pedimos hoje, sem ser a discussão de mérito, é a possibilidade do diálogo daqui com a sociedade. Se votarmos uma matéria desta, se aprovarmos o regime de urgência um dia depois, novamente vai ficar caracterizada uma possível negociação ocorrida na madrugada. Não podemos aceitar que isso aconteça.

E digo mais: não pelo posicionamento político de Deputados, nem pelos sindicatos nem pelas empresas, que têm posições opostas — é lógico, eles têm interesse na matéria! —, mas está comprovado pelas associações, pela ANAMATRA — Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, que representa os magistrados do trabalho, e pela AJUFE — Associação dos Juizes Federais do Brasil que serão retirados direitos.

Então, não há o que se discutir. É retirada de direitos. Nós somos contrários.

O SR. BETINHO GOMES - Encerre a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere só 1 minutinho.

Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, por 1 minuto, porque S.Exa. ia usar da palavra, mas o Deputado Laercio Oliveira o fez.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já pode encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, demonstra-se a fragilidade governamental: tomou um literal cacete no momento em que tentou pautar esse



regime de urgência, para se apressar num afogadilho, tendo em vista a derrocada do projeto da Previdência.

O Solidariedade posiciona-se pelo “não”, porque quer discutir. O Solidariedade posiciona-se pelo “não”, porque quer avançar e ter a garantia de que não haverá supressão de qualquer direito dos trabalhadores, como vem afirmando o nobre Relator do projeto. Mas onde haverá o amadurecimento? Exatamente no debate.

Tentou-se votar. Houve uma surra. E, aí, traz-se novamente hoje para votação. Vamos ver até que horas. Vamos ver quantas vezes terão que se posicionar e haver essa votação, para fazer pressão em cima dos partidos da base e estes deixarem de exercer o seu legítimo direito do debate. Então, o Solidariedade, e encareço o mesmo às demais bancadas, deve dizer “não” a esse requerimento de urgência. Vamos amadurecer este debate.

E um último recado somente, em relação à maldita reforma da Previdência. Se estão achando que se aplacou o desespero das atividades de risco dos policiais federais, dos policiais rodoviários federais, dos policiais civis, e, por consequência, dos policiais militares...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 287;

NÃO: 144.

A URGÊNCIA FOI APROVADA.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, quinta-feira, dia 20 de abril, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia...
(Manifestação no plenário.)

V.Exas. têm razão. Vamos votar o acordo da CPI, pode ser? O acordo da prorrogação, apenas para a feitura do relatório.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é o acordo da CPI. Há acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode ser, Deputado Alberto Fraga?

O SR. BEBETO - Sr. Presidente, há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há acordo ou não?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há um acordo. Não haverá nenhuma convocação, não haverá nenhuma oitiva. Será apenas para que o Relator possa fazer o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Então, eu anuncio que vou prorrogar o prazo por 20 dias *ad referendum*.

O SR. ALBERTO FRAGA - Muito obrigado, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, completamos nos últimos dias 1 ano da histórica sessão desta Casa, em que, atendendo a uma reivindicação quase unânime do povo brasileiro, a Câmara resolveu votar pela mudança na condução política do País. Desde o ano passado, tenho feito questão de destacar que a crise pela qual passamos, já apontada como a maior da história, sofre influência de componentes não apenas econômicos, mas também de ordem política.

O ambiente político, mesmo depois de passado um ano, ainda não é dos melhores, sobretudo com as revelações recentes. Estas precisam ser averiguadas com rigor antes de chegarmos a conclusões precipitadas — vale dizer. O atual ambiente econômico é promissor, mas enfrenta uma recuperação dura e difícil. No entanto, as notícias que temos recebido nos últimos dias confirmam a nossa esperança de que conseguimos sair do olho do furacão e que a nossa trajetória, daqui em diante, será ascendente.

Uma dessas boas notícias é que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, aumentou a expectativa para produção de grãos neste ano. Segundo a estimativa, devemos chegar a 230,3 milhões de toneladas de grãos produzidos em 2017, o que representa 6,1 milhões de toneladas acima do previsto inicialmente. Deve ser um recorde para o setor, que vai colaborar decisivamente com a nossa retomada econômica.

Esses números me deixam especialmente feliz, sobretudo porque o Estado



que represento nesta Casa, o meu querido estado de Goiás, está se consolidando como o quarto maior produtor de grãos do País, atrás apenas de Mato Grosso, do Paraná e do Rio Grande do Sul. A produção goiana representa quase 10% do total de grãos produzidos no País.

Goiás também é o maior produtor de sorgo do Brasil, e a estimativa é que a produção goiana represente, sozinha, quase metade da produção nacional. Mesmo com uma pequena redução na área plantada, isso será possível devido à melhora na produtividade. A produção estadual do grão deve alcançar 857.645 toneladas.

São números como esses que nos fazem acreditar na grandeza do nosso País e na nossa capacidade de ser, de fato, o celeiro do mundo nos próximos anos, como é esperado de nós. Infelizmente, a má condução na economia pelos governos anteriores nos colocou em uma encruzilhada, mas escolhemos o caminho da responsabilidade e do trabalho, e a agropecuária é um dos melhores exemplos do Brasil que dá certo. É essa inspiração que desejamos ter daqui para frente.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras da Casa e dos gabinetes parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, no dia 19 de abril, celebramos o Dia do Índio. Tão importante quanto parabenizar os primeiros moradores do Brasil é demonstrar respeito à cultura indígena e ao direito deles a sua terra.

Apesar das conquistas ao longo dos anos, o preconceito contra os povos indígenas ainda é um problema no Brasil. Segundo a pesquisa *Indígenas no Brasil: Demandas dos povos e percepções da opinião pública*, realizada entre 2010 e 2011 pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com a fundação alemã Rosa Luxemburg Stiftung, 80% dos entrevistados reconheceram o problema do preconceito contra os indígenas de nosso País. Dos entrevistados, 4% declararam ter preconceito; e 3% admitiram ter aversão, ódio, repulsa ou antipatia por indígenas. O estereótipo de que “a maioria dos índios é pobre porque não gosta de trabalhar” foi considerado verdadeiro por 21% dos entrevistados, enquanto 28% dos entrevistados afirmaram que os índios “são selvagens e querem resolver tudo à força”.

O preconceito também é marcante com relação à inteligência dos índios, já que 21% das pessoas abordadas pela pesquisa acreditam que “os brancos são mais inteligentes do que os índios”. Por fim, 3% concordam com a frase “índio bom é índio morto”, o que é muito grave.

Para a antropóloga e demógrafa Marta Maria do Amaral Azevedo, ex-Presidenta da Fundação Nacional do Índio — FUNAI, esse preconceito só diminuirá à medida que a sociedade brasileira conhecer melhor os indígenas. “Como



os povos indígenas vivem e vão continuar vivendo no território brasileiro é questão que diz respeito a todos nós”, disse, em entrevista à imprensa.

O Brasil possui atualmente cerca de 250 etnias e 800 mil indígenas autodeclarados, segundo a *Brasil Indígena*, publicação que FUNAI e IBGE lançaram em 2013. Desses, 500 mil vivem em terras indígenas, e 300 mil não se reconhecem como pertencendo a um povo específico.

Os indígenas sofrem pressões da expansão da fronteira agrícola, da mineração, dos projetos de infraestrutura e de conflitos de terra.

Que o Dia do Índio sirva para reflexão permanente e que os primeiros habitantes do Brasil sejam respeitados em seus costumes e seus direitos.

Muito obrigado.



O SR. LUCIANO DUCCI (PSB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma grande audiência pública será realizada no Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, em Curitiba, no próximo dia 15 de maio, para debater o Projeto de Lei nº 6.437, de 2016, que tramita nesta Casa e que dispõe sobre a formação do agente comunitário de saúde e do agente de combate às endemias, ampliando o grau de formação destes profissionais e estabelecendo condições e tecnologias para a implantação de cursos de aprimoramento na área. O evento coordenado por mim é uma promoção da Comissão Especial constituída na Câmara especificamente para apreciação do projeto.

A proposta a ser discutida é de autoria do Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) e visa aperfeiçoar a Lei federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamentou as atividades dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, conforme necessidade indicada pela Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006. O projeto pretende corrigir lacunas e redefinir as atribuições dos profissionais, distinguindo-as em atividades privativas, supervisionadas, compartilhadas e integradas, utilizando como referencial a Política Nacional de Educação na Saúde.

O projeto também define o ensino médio como condição para o exercício da atividade desses profissionais e, ainda, a exigência de 200 horas de curso de aperfeiçoamento a cada período de 24 meses de atuação, possibilitando aos agentes a capacitação às novas atribuições.

A Comissão Especial encarregada de analisar e dar parecer técnico sobre o projeto de lei é presidida pelo Deputado Federal Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS),



e tem o Deputado Federal Valtenir Pereira (PMDB-MT) como Relator.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos canais de comunicação desta Casa.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que haverá Sessão Não Deliberativa Solene, amanhã, quinta-feira, dia 20 de abril, às 10 horas, em homenagem ao Dia do Escoteiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.3.55.O
Data: 19/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.3.55.O
Data: 19/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, quinta-feira, dia 20 de abril, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projetos de Decreto Legislativo nºs 389, 424 e 553, de 2016. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação. Amanhã haverá painel com efeito administrativo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 083.3.55.O
Data: 19/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 42 minutos.)